



ESTADO DE RONDÔNIA, BRASIL
PREFEITURA DE CACOAL
CNPJ: 04.092.714/0001-28
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS



PROCESSO Nº: 004/ 2006
ASSUNTO: CONSULTA JURÍDICA
ÓRGÃO ORIGEM: DRH/ SEMAD
ÓRGÃO DESTINATÁRIO: PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
INTERESSADO: EDIMAR KAPICHE LUCIANO

PROCESSO Nº 004/06
FOLHA 208
ASSINATURA [Signature]

DESPACHO

Trata-se de servidor efetivo ocupante do cargo de Vigilante 40h semanais, nomeado na função gratificada de Inspetor de Vigilância Patrimonial 40h semanais, lotado na Diretoria de Vigilância Patrimonial/SEMAD. Tem vínculo, também, com a Câmara Municipal de Cacoal em mandato eletivo de vereador.

Art. 38. Ao servidor público em exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições: (...)

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior; (grifo nosso).

A nomeação na função gratificada de Inspetor de Vigilância Patrimonial somente pode ser realizada a servidor efetivo do quadro permanente, fazendo jus a gratificação pela nomeação, na forma do § 4º do art. 76 da Lei n. 2.735/PMC/2010, conforme Portaria n. 208/PMC/2023, às fls. 198.

§ 4º Será devida a gratificação pela nomeação de servidor efetivo na Função Gratificada de Inspetor de Vigilância Patrimonial.

Consulta-se a esta Procuradoria-Geral se há óbice na nomeação do servidor efetivo em função gratificada no Executivo Municipal, conforme Portaria n. 191/PMC/2023, às fls. 197, haja vista seu vínculo em mandato eletivo de vereador.

Desta feita, remeto os autos à PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO para análise e parecer jurídico.

Cacoal/RO, 31 de junho de 2023.

ELIANE DE LACERDA LÚCIO SANTOS
Secretária Municipal de Administração



Prefeitura de
Cacoal
AQUI TEM TRABALHO, AQUI TEM PROGRESSO!

PROCESSO Nº 004/06
FOLHA: 207
ASS: J

ESTADO DE RONDÔNIA/BRASIL - CNPJ: 04092714/0001-28

Memor. N ° 043/CGM/2023

Cacoal, 017 de abril de 2023.

Da: AUDIN/CGM

Para: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO-PGM

Assunto: Acumulação de função gratificada com cargo de vereador.

Em análise realizada por esta controladoria na folha de pagamento do mês de Março/2023 verificou-se que o servidor Edimar Kapiche Luciano foi nomeado através da portaria nº 208/PMC/2023 para a função gratificada de Inspetor de Vigilância Patrimonial criada através da lei nº 5.134/PMC/2022 que tem como atribuição desempenhar:

- § 3º. Inspetor de Vigilância Patrimonial: tem como superior hierárquico funcional imediato o Diretor de Vigilância Patrimonial e tem como atribuições:
- I - Executar a função de encarregado de veículo de Ronda, encarregado de Plantão de Posto e Rádio Operador;
 - II - Executar atividades de orientação à equipe sob sua inspetoria;
 - III - Executar em conjunto com os demais integrantes da equipe de rondas a vigilância e proteção nos logradouros públicos, bens, serviços e instalações municipais;
 - IV - Executar serviços diurnos de fiscalização nos postos e veículos de ronda patrimonial, de acordo com as escalas de serviço, ou quando for convocado extraordinariamente;
 - V - Cumprir e fazer cumprir as instruções de serviço, ordens e normas legais para atividades operacionais da Vigilância patrimonial;
 - VI - Promover a segurança e proteção das pessoas, bens, serviços e instalações nos logradouros de competência municipal;
 - VII - Transmitir aos vigilantes sob seu comando as instruções de serviços, ordens e normas legais estratégicas advindas dos seus superiores hierárquicos;
 - VIII - Zelar pelo bom nome do departamento e pelo patrimônio público;
 - IX - Conhecer e observar os princípios gerais da disciplina e da hierarquia;
 - X - Cumprir outras determinações legais dos superiores hierárquicos.

Considerando que o servidor foi eleito para o cargo de vereador no município de Cacoal, solicitamos desta PGM parecer quanto a legalidade da acumulação do cargo de vereador com o desempenho da função gratificada de Inspetor de Vigilância Patrimonial.

Atenciosamente,

Patrícia Migliorine Costa
Controladora Geral do Município
Port. nº. 001 PMC/2021

Claudia Borges Rodrigues Lauterte
Setor de Monitoramento da Gestão Fiscal e Contábil
CRC-007924/O-7



ESTADO DE RONDÔNIA/BRASIL
PREFEITURA DE CACOAL
CNPJ: 04092714/0001-28

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura de
Cacoal
AQUI TEM TRABALHO, AQUI TEM PROGRESSO!

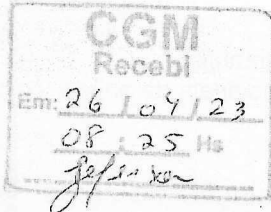
PROCESSO Nº 004/06

SOLICITANTE: CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

FOLHA: 208

ASSUNTO: CUMULAÇÃO DE CARGO COM DESEMPENHO DE FG

ASS. J.



PARECER JURÍDICO

A PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CACOAL, órgão da Administração Pública com atribuição de velar pela correta aplicação das leis e demais normas administrativas, instada a manifestar-se acerca da matéria posta, por sua Procuradora-Geral que ao final assina nos termos da Lei n. 2.413/08, emite o seguinte parecer:

1. DO CONTEXTO FACTUAL.

A Controladoria Geral do Município, por meio do memorando nº. 043/AUDIN/CGM, solicitou parecer consultivo à Procuradoria Geral do Município, referente emissão de parecer jurídico acerca da legalidade da acumulação do cargo de vereador com o desempenho da função gratificada de Inspetor de Vigilância Patrimonial, criado por meio da Lei n. 5.134/PMC/2022, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Em síntese, é o relato do necessário.

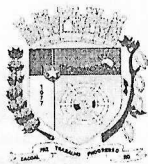
Cumprе salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, o questionamento constante no Memorando 043/CGM/2023, incumbindo, a este órgão, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não competindo adentrar á conveniência e à oportunidade dos atos administrativos ou mesmo a questões técnicas que escapam a seara jurídica.

2. DAS RAZÕES JURÍDICAS

2.1 – Cumulação de cargo publico municipal com cargo eletivo de vereador

Grosso modo, a Constituição Federal veda a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários e nas hipóteses expressamente previstas também no próprio texto constitucional - art. 37, inciso XVI, abaixo transcrito:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

Contudo, em relação ao tema posto a apreciação, cumulação de cargo de vereador com função gratificada de Inspetor de Vigilância Patrimonial, a própria Constituição Federal, no inciso III do art. 38, traz a possibilidade, desde que haja compatibilidade de horário, vejamos:

Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

A Lei Orgânica do Município de Cacoal, repete o inciso III, do art. 38 da C.F, em todos os seus termos, reforçando assim, a possibilidade de cumular a vereança com as vantagens do cargo de servidor, desde que haja compatibilidade de horário.

Art. 68. Ao servidor público municipal em exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

(...)

III - Investindo no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, perceber as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, em, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso I;

Ademias, ao analisar o plano de cargo e carreira do município de Cacoal, por meio da Lei nº. 2.735/PMC/2010, no artigo 185, que rege as vedações de acumulação de cargo, não há dispositivo expresso ao caso em tela, ficando adstrito somente que, a cumulação de cargo não será vedada, quando houver compatibilidade de horário.

Art. 185. É vedada a acumulação remunerada, exceto:

- I - a de dois cargos de professor;
- II - a de um professor e outro técnico ou científico;
- III - a de dois cargos privativos de profissionais da saúde com profissão regulamentada.



§ 1º Em qualquer dos casos, a acumulação somente é permitida quando haja correlação de matérias e compatibilidade de horários.

§ 2º A proibição de acumular se estende a cargos, funções ou empregos em autarquias, empresas públicas e sociedade de economia mista, salvo, o disposto no § 1º.

§ 3º A proibição de acumular proventos não se aplica aos aposentados quando ao exercício de mandato eletivo, cargo em comissão ou ao contrato para prestação de serviços técnicos especializados.

Assim, temos que tanto a Constituição Federal quanto o PCCR do servidor público municipal, não trazem vedação ao recebimento de proventos do cargo de vereador, com emprego ou função pública, como no caso em apreço.

Importante destacar, que a dúvida suscitada pela Controladoria, cinge com base especificamente na cumulação do cargo de vereador com o recebimento de função gratificada, e sobre o tema é importante trazer as seguintes definições.

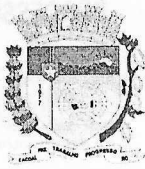
Segundo saudoso doutrinador Hely Lopes de Meirelis, quando lecionou sobre vencimentos e vantagens dos servidores públicos, trouxe o ensinamento de que¹ “**vencimento, em sentido amplo, é a soma do padrão com as vantagens pecuniárias auferidas pelo servidor, a título de adicional ou gratificação**”.

Deste modo, ao interpretar o art. 38, inciso III da Constituição Federal, nossa Carta Magna, e a Lei Orgânica do Município, Lei Maior, no âmbito municipal, que traemz que **investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá o servidor as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo**, portanto cumulável a remuneração de vereador, com a função gratificada posta lei nº. 5.134/PMC/2022 em favor do servidor Edimar Kapiche Luciano, desde que haja compatibilidade de horário.

No mesmo sentido, temos farto entendimento jurisprudencial, onde se pontua que é possível a cumulação de função gratificada por cago publico com a vereança, observada, contudo, a indispensável compatibilidade de horários. Cite-se:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA. SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO NO CARGO DE FISCAL DE ICM. CARGO EXTINTO, EXISTÊNCIA DE DECISÃO JUDICIAL DETERMINANDO O SEU REAPROVEITAMENTO. DIFICULDADES REAIS DO GESTOR EM CUMPRIR A ORDEM. SITUAÇÃO SUI GENERIS. NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA SER ENCARREGADO DO DEPARTAMENTO DA JUNTA MILITAR. ACUMULAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA E CARGO ELETIVO DE VEREADOR. INOCORRÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. SERVIÇOS DEVIDAMENTE PRESTADOS. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE

¹ file:///C:/Users/8264/Downloads/admin,+vencimentos.pdf



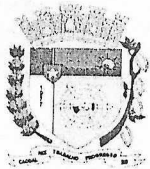
MÁ-FÉ NA NOMEAÇÃO DE OCUPANTE DE CARGO ELETIVO EM FUNÇÃO GRATIFICADA DE LIVRE EXONERAÇÃO NO EXECUTIVO. ILEGALIDADE QUE NÃO CONFIGURA ATO DE IMPROBIDADE. RECURSOS PROVIDOS. (TJPR – 5ª C. Cível – Rel. Desembargador Carlos Mansur Arida – Publicado 15.10.2019)

APELAÇÃO E RECURSO ADESIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. VEREADOR. EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA EM EMPRESA ESTADUAL. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE AFRONTA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. PRECEDENTES DA CORTE. ATO ÍMPROBO NÃO POSITIVADO. APELAÇÃO PROVIDA E RECURSO ADESIVO PREJUDICADO. (TJSC – AC n. 2007.058863-9, 2ª C Cível, Rel. Des. João Henrique Blasi, publicado 07/01/2013)

Ainda, recentemente o Supremo Tribunal Federal, decidiu da seguinte forma sobre o tema:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. INTERPOSIÇÃO EM 09.11.2022. ART. 38, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. VEREADOR. EXERCÍCIO DE CARGO ELETIVO E EMPREGO PÚBLICO. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. ACUMULAÇÃO. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. RECONHECIDA PELA INSTÂNCIA DE ORIGEM. POSSIBILIDADE. PRECEDENTE. ADI 199. 1. A Constituição Federal prevê, no art. 38, III, a possibilidade de acumulação de cargo eletivo de vereador com emprego público, desde que haja compatibilidade de horários. 2. Os fundamentos do acórdão recorrido, portanto, mostram-se em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que “a Constituição Federal condiciona o exercício simultâneo do mandato de Vereador e das funções de agente público à compatibilidade de horários, que, não ocorrendo, impõe o seu afastamento do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela remuneração”. ADI 119, Rel. Min. Maurício Corrêa, Plenário, DJe 07.08.1998. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 1391864 AgR, Relator(a): EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 13/03/2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 15-03-2023 PUBLIC 16-03-2023)

Deste modo, importante frisar que não há vedação expressa na Lei Orgânica do Município de Cacoal, no tocante a cumulação do cargo de vereador com função gratificada ou cargo em comissão exercida no cargo de servidor efetivo.





3 DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, no presente caso, com lastro nos fundamentos supra, esse órgão de consultoria, opina pela legalidade da cumulação do cargo de vereador com o desempenho de função gratificada, desde que, comprove a compatibilidade de horário para o exercício da vereança e as funções atribuídas pela gratificação, nos moldes da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal.

É o parecer, ressalvado, por óbvio, a faculdade da autoridade competente entender de forma diversa, dado o caráter meramente opinativo do presente.

Cacoal/RO, 24 de abril de 2023.


DEBORAH MAY DUMPIERRE
Procuradora Geral do Município
OAB/RO 4.372


MARCIA PASSAGLIA
Assessora Jurídica
OAB/RO 1.695



ESTADO DE RONDÔNIA, BRASIL
PREFEITURA DE CACOAL
CNPJ: 04.092.714/0001-28
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Prefeitura de
Cacoal
AQUI TEM TRABALHO, AQUI TEM PROGRESSO!

PROCESSO Nº: 004 / 2006
ASSUNTO: GRATIFICAÇÃO ART. 76 - 2735/2010
ÓRGÃO ORIGEM: DRH/ SEMAD
ÓRGÃO DESTINATÁRIO: PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
INTERESSADO: EDIMAR KAPICHE LUCIANO

PROCESSO Nº 004/06

FOLHAS 211

ASSINATURA

DESPACHO

Trata-se de consulta jurídica quanto à concessão da gratificação ao servidor Edimar Kapiche Luciano, cad. 4576, vigilante, nomeado na função gratificada de Inspetor de Vigilância Patrimonial.

A referida consulta se faz necessária diante de questionamentos da Controladoria-Geral do Município quanto ao pagamento da gratificação do art. 76 da Lei n. 2.735/2010 aos servidores nomeados em cargos ou funções de confiança, cujos cargos são vinculados à Coordenação de Vigilância Patrimonial - SEMAD.

No caso em apreço, o servidor Edimar Kapiche Luciano, cad. 4576, percebe a gratificação do art. 76 da Lei n. 2.735/2010 desde 01º de março de 2023 (Portaria n. 208/PMC/2023, fls. 198), uma vez que era nomeado na função gratificada de Inspetor de Vigilância Patrimonial.

Percebe, além da gratificação o art. 76, a verba de representação pela nomeação em função gratificada, uma vez que entrou na ressalva contida no art. 48 da Lei n. 2.543/PMC/2009.

Assim sendo, verificou-se que para fazer jus ao recebimento da gratificação devia o servidor ser nomeado a função gratificada (Inspetor de Vigilância Patrimonial) não fazendo referência a lotação.

Posteriormente, o artigo 76 da Lei n. 2.735/PMC/2010 foi alterado pelas Leis Municipais ns. 4.828/PMC/2021, 5.134/PMC/2022, 5.176/PMC/2023, sendo a redação atualizada colacionada abaixo:

Lei n. 2.735/PMC/2010:

Art. 76 Terá direito à pontuação, na proporção especificada no art. 73 combinados com art. 74 desta Lei, para efeito de base de cálculo, os servidores efetivos lotados nos órgãos discriminados no § 1º deste artigo, a exceção dos respectivos Chefes, Coordenador da Receita, Coordenador de Desenvolvimento Urbano, Chefe de Recursos Humanos, Chefe de Cadastro de Recursos Humanos, Chefe de Folha de Pagamento, Chefe de Tecnologia da Informação, **Coordenador Geral de Vigilância Patrimonial e Chefe de Coordenação de Vigilância Patrimonial**, Coordenador Geral de Contabilidade e Superintendente de Tesouraria, os quais farão jus à base de cálculo no importe de 100% (cem por cento).



ESTADO DE RONDÔNIA, BRASIL

PREFEITURA DE CACOAL

CNPJ: 04.092.714/0001-28

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Prefeitura de
Cacoal
AQUI TEM TRABALHO. AQUI TEM PROGRESSO.
PROCESSO Nº 001/2006
FOLHAS 212

§ 1º Aos servidores efetivos lotados na Coordenação de Desenvolvimento Urbano, Coordenação de Receita, Departamento de Recursos Humanos, Folha de Pagamento, Departamento de Tecnologia da Informação, Coordenação Administrativo da SEMAD, Setor Administrativo do Gabinete do Prefeito, Coordenadoria Geral de Contabilidade, Superintendência de Tesouraria, Setor de Convênios da SEMFAZ, Coordenadoria de Captação de Recursos e, Coordenadoria de Gestão Orçamentária, cuja base de cálculo será de 100% (cem por cento) do valor integral da gratificação, devidos nos seguintes percentuais:

- I – Servidores efetivos de nível superior: 80% do percentual da base de cálculo;
- II – Servidores efetivos de nível médio: 50% do percentual da base de cálculo; e
- III – Servidores efetivos de nível fundamental: 30% do percentual da base de cálculo.

§ 2º A gratificação especificada neste artigo será gradualmente elevada nos percentuais de escolaridade aos quais o servidor público efetivo tiver alcançado, a título de incentivo a qualificação e capacitação profissional.

§ 3º Somente depois de 01 (um) ano consecutivo de lotação nos órgãos especificados neste artigo é que os servidores efetivos farão a jus a gratificação de produtividade.

§ 4º Será devida a gratificação pela nomeação de servidor efetivo na Função Gratificada de Inspetor de Vigilância Patrimonial.

§ 5º Para efeitos de adimplemento do período de carência de 01 (um) ano para concessão da gratificação ao Departamento de Recursos Humanos, Folha de Pagamento, Departamento de Tecnologia da Informação, Coordenação Administrativo da SEMAD, Setor Administrativo do Gabinete do Prefeito, Coordenadoria Geral de Contabilidade, Superintendência de Tesouraria, Setor de Convênios da SEMFAZ, Coordenadoria de Captação de Recursos e, Coordenadoria de Gestão Orçamentária, será considerado o período de lotação anterior à vigência desta Lei.

Lei n. 2.543/PMC/2009:

Art. 48 Os servidores nomeados em cargos ou funções de confiança, a exceção dos Chefes de Departamento de Fiscalização Sanitária, de Obras e Posturas, de Tributária, de Coordenação de Receitas e de Coordenação de Desenvolvimento Urbano, de Topografia, de Regularização Imobiliária, de Recursos Humanos, de Cadastro de Recursos Humanos, de Folha de Pagamento, de Tecnologia da Informação, **Coordenador Geral de Vigilância Patrimonial, Chefe de Coordenação de Vigilância Patrimonial, Inspetor de Vigilância Patrimonial, Coordenador-Geral de Contabilidade, Superintendente de Tesouraria, Diretor de Receita, Diretor de Contabilidade do FMS e Diretor de Tesouraria do FMS**, e que fizerem jus, concomitantemente, em razão do cargo efetivo ou da lotação à gratificação de produtividade, terão que optar entre a gratificação do cargo em comissão/função de confiança ou pela gratificação de produtividade, ficando proibida a acumulação de gratificação de produtividade com a gratificação do cargo ou função de confiança.

Verificou-se que os servidores efetivos nomeados nos cargos de Coordenador Geral de Vigilância Patrimonial, Chefe de Coordenação de Vigilância Patrimonial e Inspetor de Vigilância Patrimonial foram contemplados com a gratificação não por serem lotados, mas por serem nomeados no respectivo cargo/função de confiança.



ESTADO DE RONDÔNIA, BRASIL
PREFEITURA DE CACOAL
CNPJ: 04.092.714/0001-28
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Prefeitura de
Cacoal
AQUI TEM TRABALHO, AQUI TEM PROGRESSO!
PROCESSO Nº 004165
FOLHAS 213

Evitou-se incluir a lotação de Coordenação de Vigilância Patrimonial ao texto de Lei no sentido de reprimir a qualquer possibilidade de extensão do direito à gratificação para todos os servidores lotados naquela repartição, o que não era o objetivo, uma vez que não estava previsto no impacto orçamentário tal situação, mas apenas os servidores nomeados nas determinadas funções/cargos.

Assim, entendeu-se que a carência de 01 (um) ano estipulada no § 3º seria apenas para a concessão da gratificação pela lotação dos servidores nos órgãos especificados no artigo, não se aplicando a carência para o servidor que fosse nomeado, uma vez que já adimpliu o requisito para fazer jus a gratificação por meio da nomeação.

Considerando que o regramento para concessão da gratificação do art. 76 da Lei n. 2.735/PMC/2010 tem suas peculiaridades no presente caso, assim, consulta-se esta Procuradoria-Geral:

- a) Deve-se aguardar o prazo de carência de 01 (um) ano para a concessão de gratificação ao servidor nomeado nos cargos ou funções de (01) Coordenador Geral de Vigilância Patrimonial, (02) Chefe de Coordenação de Vigilância Patrimonial e (03) Inspetor de Vigilância Patrimonial.
- b) Aplica-se os critérios de escolaridade, previsto nos incisos I, II, III do § 1º aos nomeados na função de Inspetor de Vigilância Patrimonial, com exceção do Coordenador Geral de Vigilância Patrimonial e Chefe de Coordenação de Vigilância Patrimonial, cujo percentual é 100%.

Desta feita, remeto os autos à PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO para análise e parecer jurídico.

Cacoal/RO, 2 de outubro de 2023.


GREZIELLE MORESCHI DA SILVA
Chefe de Recursos Humanos
Portaria n. 223/PMC/2019



ESTADO DE RONDÔNIA, BRASIL
PREFEITURA DE CACOAL
CNPJ: 04.092.714/0001-28
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PROCESSO Nº 004/06
FOLHA 234
Prefeitura de
Cacoal
AQUI TEM TRABALHO, AQUI TEM PROGRESSO!

Memorando nº 305/DRH/SEMAD/2023

Cacoal/RO, 3 de outubro de 2023.

Ao Senhor,
NELSON ARAUJO ESCUDERO FILHO
Procurador - Contencioso Administrativo

Assunto: Solicitação de juntada de documento aos processos funcionais para análise e parecer jurídico.

O DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - DRH/SEMAD, por sua signatária que ao final subscreve, vem, por meio deste, encaminhar o Memorando n. 135/CGM/2023, de 26/09/2023, para juntada nos autos dos processos abaixo relacionados, a fim de dar andamento na análise e parecer jurídico quanto a consulta realizada:

1. Processo n. 004/2006 - EDIMAR KAPICHE LUCIANO;
2. Processo n. 244/2015 - FLÁVIO ROMAIS;
3. Processo n. 843/2005 - VALRI FELIPE DE LIMA;
4. Processo n. 048/2004 - EDVALDO PEREIRA DA SILVA;
5. Processo n. 1357/2014 - OSIEL RIBEIRO GOMES.

Atenciosamente


GREZIELLE MORESCHI DA SILVA
Chefe de Recursos Humanos
Port. 223/PMC/2019

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

RECEBI EM: 03/10/23

ASS. _____

Jovana Rose
JJ: 054.



Memor. N. 135/CGM/2023

Cacoal-RO, 26 de setembro de 2023.

DA: CGM

PARA: SEMAD

A/c: Secretária Municipal de Administração

Assunto: DM 0110/2023-GCJEPPM - suposta irregularidade - acumulação de cargo público e conduta de servidor.

Em atenção a decisão monocrática em epígrafe e considerando o levantamento da legislação aplicada ao caso em anexo.

Considerando que a criação do setor de Inspeção de Vigilância Patrimonial e do cargo de Inspetor de Vigilância Patrimonial foi por meio dos arts. 13 e 14 da Lei Municipal n. 5.134/PMC/2022;

Considerando que a natureza da função de Inspetor de Vigilância Patrimonial é de função gratificada, conforme enquadramento do anexo I, tabela II alterado pelo art. 15 da citada lei;

Considerando que a função de Inspetor de Vigilância Patrimonial é remunerada conforme alteração promovida pelo art. 16 da Lei Municipal n. 5.134/PMC/2022;

Considerando que o art. 6º da Lei Municipal n. 5.134/PMC/2022 promoveu alteração no parágrafo 4º do art. 76 da Lei n. 2.735/PMC/2010 para estender a gratificação a função gratificada criada pelo art. 14, possibilitando a acumulação da remuneração da função com a gratificação em questão.

Considerando os dispostos nos arts. 16 da Lei Organica Municipal e 54 da Constituição Federal;

Considerando o levantamento preliminar da Planilha 1 em anexo, recomendamos:

1. a adoção de medidas imediatas para apuração dos fatos noticiados;
2. caso confirmada a suposta irregularidade, adote medidas de reforço dos procedimentos de controle aplicados aos atos de nomeação para cargos de livre nomeação e de admissão de pessoal, objetivando a prevenção de fatos ou denúncias similares;
3. caso também seja confirmado o dano, sejam adotadas todas as medidas administrativas possíveis para reparo integral do mesmo.



Prefeitura de
Cacoal
AQUI TEM TRABALHO, AQUI TEM PROGRESSO!

PROCESSO Nº 004/06
FOLHA 216

ESTADO DE RONDÔNIA/BRASIL - CNPJ: 04092714/0001-28

4. se, mesmo assim o dano não for reparado, proceda-se a observação das regras estabelecidas na Instrução Normativa n. 68/2018/TCE-RO.

Salientamos que, ao ser levantada a questão oriunda da denúncia, observou-se outras questões constando-se outra possibilidade de irregularidade, quanto ao período de carência a ser cumprido por aqueles designados para as funções de chefes da Coordenação, da Direção e da Inspeção da Vigilância Patrimonial, bem como, quanto a natureza da gratificação em questão quando concedida somente para essas funções e não estendidas aos demais servidores dos respectivos setores.

Diante da celeuma acima apresentada, recomendamos:

- a) Consulta à PGM - Procuradoria Geral do Município; e
- b) caso confirmada a necessidade de cumprimento do período de carência estabelecido no parágrafo 3º do art. 76 da Lei 2.735/10 e suas alterações, seja considerado o levantamento apresentado na Planilha 2 em anexo, para fins de apuração dos fatos e de possíveis danos;
- c) Caso confirmado o dano, que sejam adotadas todas as medidas administrativas possíveis para reparo integral do mesmo;
- d) Caso as medidas se apresentem infrutíferas, proceda-se a observação das regras estabelecidas na Instrução Normativa n. 68/2018/TCE-RO.

Considerando a determinação de lavrar as medidas adotadas em tópico específico no relatório que acompanha a prestação de contas anual, solicitamos que mantenha essa CGM informada enviando a comprovação das medidas adotadas até 10/10/2023.

Na oportunidade parabenizamos Vossa Senhoria pelo esforço e dedicação ao projeto e nos colocamos a disposição.

Atenciosamente,

Patricia M. C. Rodrigues
Patricia Migliorine Costa Rodrigues
Controladora Geral do Município
Port. 001/PMC/2021

DM 110/2023-GCJEPPM

OBJETO:

Interessado:

Expedição do Diploma:

Cargos:

Função:

2021-2024

02/01/2006

01/03/2023

Comunicado de suposta irregularidade - acumulação de cargo público e conduta de servidor
servidor efetivo, cadastro: 45761

01/01/2021

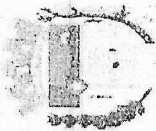
Mandato eletivo

Vigilante

Inspetor Vigilancia

Panilha 1 - Levantamento da legislação aplicada ao caso.

Legislação aplicada	Fundamentação	Descrição	Observação	Verba	Valor (a)	meses (b)	Subtotal (c=a*1/3 férias (d=a/3)	Total (e=c+d)
Regimento interno CMC	art. 75, incisos V e VI	Art. 75. Os Vereadores não poderão, na forma da legislação federal, sob pena de cassação do mandato pela Câmara Municipal... V - firmar e manter contrato com peessoa de direito público , autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer às cláusulas uniformes, no âmbito municipal, a partir de sua diplomação; VI - desde a diplomação, aceitar cargo, função ou emprego remunerado nas entidades referidas nos itens IV e V, ressalvada a admissão por concurso público;	A designação para o cargo de Inspetor de Vigilancia Patrimonial, ocorreu por meio da portaria n. 191/PMC/2023, de 06/03/2023, publicada em 31/03/2023, através da edição 3444, do DOM/AROM com efeitos retroativos a 01/03/2023. O cargo é classificado como função gratificada conforme arts. 14, 15 e 16 da Lei n. 5.134/PMC/22 publicada em 21/11/2022, no DOM/AROM Ed. 3351, com efeitos financeiros a partir de 01/02/2023. Como a função foi aceita após a diplomação, pode ser que se enquadre na vedação da citada regra.	Valor da Portaria:	R\$1.200,00	x 6,5 =	R\$400,00 =	R\$8.200,00



DI 110/2023-GCJEPPM

OBJETO:

Comunicado de suposta irregularidade - acumulação de cargo público e conduta de servidor
servidor efetivo, cadastro: 45761

Interessado:

Expedição do Diploma:

01/01/2021

Cargos:

Mandato eletivo

2021-2024

Vigilante

02/01/2006

Função:

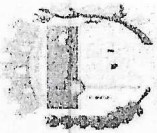
Inspetor Vigilancia

01/03/2023

Panilha 1 - Levantamento da legislação aplicada ao caso.

Legislação aplicada	Fundamentação	Descrição	Observação	Verba	Valor (a)	meses (b)	Subtotal (c=a*1/3 férias (d=a/3)	Total (e=c+d)
Lei Orgânica art. 16, inciso I	inciso IX do art. 29 da CF/88	art. 16. Os vereadores não poderão: I - Desde a expedição do diploma; a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer as cláusulas uniformes; b) a aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades constantes alínea anterior;	A designação para o cargo de Inspetor de Vigilancia Patrimonial, ocorreu após a diplomação para o cargo de vereador. A penalidade está prevista no art. 17 da Lei Orgânica: Art. 17 Perderá o mandato vereador: I - Que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior,.....	Grat. art. 76:	3.286,66			
CF/88	inciso IX do art. 29 da CF/88	IX - proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e na Constituição do respectivo Estado para os membros da Assembléia Legislativa; (Renumerado do inciso VII, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)						

PROCESSO Nº 004/06
FOLHA 238



DI 110/2023-GCJEPPM

OBJETO:

Comunicado de suposta irregularidade - acumulação de cargo público e conduta de servidor
servidor efetivo, cadastro: 45761

Expedição do Diploma:

01/01/2021

Cargos:

Mandato eletivo

Vigilante

2021-2024

02/01/2006

Função:

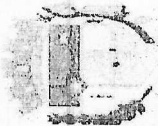
Inspetor Vigilancia

01/03/2023

Panilha 1 - Levantamento da legislação aplicada ao caso.

Legislação aplicada	Fundamentação	Descrição	Observação	Verba	Valor (a)	meses (b)	Subtotal (c=a*1/3 férias d=a/3)	Total (e=c+d)
CF/88	Inciso I do art. 54 da CF/88	Art. 54. Os Deputados e Senadores não poderão: I - desde a expedição do diploma: a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes; b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades constantes da alínea anterior;						

PROCESSO Nº 004/06
FOLHA 219



110/2023-GCJEPPM

OBJETO:

Interessado:

Expedição do Diploma:

Cargos:

Função:

Comunicado de suposta irregularidade - acumulação de cargo público e conduta de servidor
servidor efetivo, cadastro: 45761

01/01/2021

Mandato eletivo

Vigilante

Inspetor Vigilancia

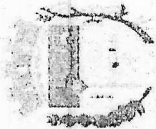
2021-2024

02/01/2006

01/03/2023

Panilha 1 - Levantamento da legislação aplicada ao caso.

Legislação aplicada	Fundamentação	Descrição	Observação	Verba	Valor (a)	meses (b)	Subtotal (c=a*1/3 férias (d=a/3)	Total (e=c+d)
Lei Orgânica art. 68, inciso III		Art. 68. Ao servidor público municipal em exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições: I - Investido no mandato de prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração. II - Tratando-se de mandato eletivo municipal, estadual ou federal, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função; III - Investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, perceber as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, em, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso I;	O cargo de vigilante possibilita a compatibilidade de horários com a função de vereador, por possuir flexibilidade para determinação de seu exercício, portanto, essa regra pode ter sido respeitada.					



ATA 110/2023-GC-JEPPM

OBJETO:

Comunicado de suposta irregularidade - acumulação de cargo público e conduta de servidor

Interessado:

servidor efetivo, cadastro: 45761

Expedição do Diploma:

01/01/2021

Cargos:

Mandato eletivo

Vigilante

2021-2024

02/01/2006

Função:

Inspetor Vigilancia

01/03/2023

Panilha 1 - Levantamento da legislação aplicada ao caso.

Legislação aplicada	Fundamentação	Descrição	Observação	Verba	Valor (a)	meses (b)	Subtotal (c=a*1/3 férias (d=a/3)	Total (e=c+d)
Lei n. 2.735/2010	art. 186 e 187	Art. 186. O servidor ocupante de cargo efetivo poderá ser nomeado para a função gratificada, não perdendo durante o exercício desse cargo a remuneração do cargo efetivo ou provento. Art. 187. Não se compreende na proibição de acumular desde que tenha correspondência com a função principal, a percepção de vantagens enumeradas previstas nesta lei.	A função de Inspetor da Vigilancia Patrimonial mantém correspondência com o cargo efetivo de vigilante, portanto, essa regra foi respeitada.					

110/2023-GCJEPPM

OBJETO:

Interessado:

Expedição do Diploma:

Cargos:

Função:

Comunicado de suposta irregularidade - acumulação de cargo público e conduta de servidor
servidor efetivo, cadastro: 45761

01/01/2021

Mandato eletivo

Vigilante

Inspetor Vigilancia

Panilha 1 - Levantamento da legislação aplicada ao caso.

2021-2024

02/01/2006

01/03/2023

Legislação aplicada	Fundamentação	Descrição	Observação	Verba	Valor (a)	meses (b)	Subtotal (c=a*b)	1/3 férias (d=a/3)	Total (e=c+d)
Lei n. 2.735/2010	art. 76, parágrafo 4º	Art. 76 Terá direito à pontuação, na proporção especificada no art. 73 combinado com art. 74 desta Lei, para efeito de base de cálculo, os servidores efetivos lotados nos órgãos discriminados no § 1º deste artigo, a exceção dos respectivos Chefes, Coordenador da Receita, Coordenador de Desenvolvimento Urbano, Chefe de Recursos Humanos, Chefe de Cadastro de Recursos Humanos, Chefe de Folha de Pagamento, Chefe de Tecnologia da Informação, Coordenador Geral de Vigilância Patrimonial e Diretor de Vigilância Patrimonial, Coordenador Geral de Contabilidade e Superintendente de Tesouraria, os quais farão jus à base de cálculo no importe de 100% (cem por cento). § 4º Será devida a gratificação pela nomeação de servidor efetivo na Função Gratificada de Inspetor de Vigilância Patrimonial.	Considera-se que "Função Gratificada" é a classificação dada ao cargo de Inspetor de vigilância patrimonial para segregar a função aos servidores efetivos do quadro de vigilantes, diferenciando-a dos cargos de livre nomeação e exoneração classificados como "comissionados", aos quais é permitida a posse a pessoa com ou sem vínculo com o Município. O cargo e suas atribuições foram acrescentados ao art. 20A da Lei n. 2.543/09 que trata da estrutura política-organizacional do Executivo Municipal. As atribuições do cargo de Inspetor, caracterizam-se como atribuições de chefia, uma vez que, estabelece uma equipe a ser coordenada e fiscalizada, enquadrando-o no inciso VII do art. 2º da Lei 2.735/PMC/2010. Tal fato, possibilita a classificação do cargo como "função gratificada". Portanto, entende-se que o cargo de Inspetor é uma função de "Chefia" de equipe, o que possibilita o recebimento da gratificação acumulando-a com a gratificação do art. 76 da lei 2.735/2010.	Grat. art. 76:	3.286,66				

DATA 11/01/2023-GCJEPPM

OBJETO:

Interessado:

Expedição do Diploma:

Cargos:

Função:

Comunicado de suposta irregularidade - acumulação de cargo público e conduta de servidor
servidor efetivo, cadastro: 45761

01/01/2021

Mandato eletivo

Vigilante

Inspetor Vigilancia

2021-2024

02/01/2006

01/03/2023

Panilha 1 - Levantamento da legislação aplicada ao caso.

Legislação aplicada	Fundamentação	Descrição	Observação	Verba	Valor (a)	meses (b)	Subtotal (c=a*b)	1/3 férias (d=a/3)	Total (e=c+d)
Lei n. 2.735/2010 alterado pela Lei n. 5.134/22	art. 76, parágrafo 1º	§ 5º Para efeitos de adimplemento do período de carência de 01 (um) ano para concessão da gratificação ao Departamento de Recursos Humanos, Folha de Pagamento, Departamento de Tecnologia da Informação, Coordenação Administrativa da SEMAD, Setor Administrativo do Gabinete do Prefeito, Coordenação Geral de Contabilidade, Superintendência de Tesouraria, Setor de Convênios da SEMFAZ, Coordenação de Captação de Recursos e, Coordenação de Gestão Orçamentária, será considerado o período de lotação anterior à vigência desta Lei.	A Coordenação de Vigilância Patrimonial não foi relacionada nas excessões do parágrafo 5, tornando irregular a concessão da gratificação antes do adimplemento do período de carência estabelecido no parágrafo 3.	Grat. art. 76:	3.286,66	6,5	21.363,29	R\$1.095,55	R\$22.458,84
TOTAL							29.163,29	1.495,55	30.658,84

Nota 1:

Trata-se de servidor público ocupante do cargo de vigilante, pertencente ao quadro de pessoal de Apoio Operacional e Serviços Diversos desde 02/01/2006, sendo diplomado no cargo efetivo de Vereador em 01/01/2021, que exerce função gratificada remunerada de Inspetor de Vigilância Patrimonial desde 01/03/2023. A partir de 01/03/2023 passou a perceber a remuneração da função gratificada e, decorrente desta, a gratificação do art. 76 da Lei n. 2.735/10, conforme parágrafo 4 da lei n. 2.735/10 e art. 48 da Lei n. 2.543/09 alterado pela Lei n. 5.134/22. Pela regra dos arts. 16 da Lei Orgânica Municipal e 54 da CF/88, a nomeação e percepção da remuneração decorrente dela estaria irregular.

Por outro lado, a alteração promovida no parágrafo 3 do art. 76 da Lei n. 32.735/10 estabelece um período de carência para percepção da gratificação do art. 76, a qual não foi observada. Diante dos fatos, conclui-se que as barreiras de controle não funcionaram de forma adequada. Recomenda-se a abertura de sindicância para apuração dos fatos.

É possível a caracterização da vantagem recebida pelo fato de que, com a vigência da Lei 5.134/2022 a partir de fev/2023, a remuneração do servidor passou a registrar picos bem acima da média dos valores recebidos no exercício anterior.

Outro fato a ser observado é a natureza da gratificação do art. 76 da Lei n.2.735/10 quando aplicada a Coordenação de Vigilância Patrimonial, a Diretoria de Vigilância Patrimonial e a Inspeção de Vigilância Patrimonial, uma vez que, foi observado que esses setores não foram elencados no parágrafo 1º do artigo no qual seria caracterizada a natureza de "lotação" e também não se caracteriza como produtividade por não estar atrelada a uma produção ou resultado. Caso se caracterize por natureza de representação, seria possível sua acumulação com a função gratificada?

Para o cálculo do possível dano, considerou-se o período em a verba foi percebido pelo servidor, incluindo 50% do 13 salário e 1/3 das férias.

Obs:



11/10/2023-GCJEPPM

OBJETO:

Comunicado de suposta irregularidade - acumulação de cargo público e conduta de servidor

Interessado:

servidor efetivo, cadastro: 45761

Expedição do Diploma:

01/01/2021

Cargos:

Mandato eletivo

2021-2024

Função:

Vigilante

02/01/2006

Inspetor Vigilancia

01/03/2023

Panilha 1 - Levantamento da legislação aplicada ao caso.

Legislação aplicada	Fundamentação	Descrição	Observação	Verba	Valor (a)	meses (b)	Subtotal (c=a*b) 1/3 férias (d=a/3)	Total (e=c+d)
---------------------	---------------	-----------	------------	-------	-----------	-----------	-------------------------------------	---------------

Planilha 1.a - Levantamento da remuneração do período 2022-2023

Meses	2022 (a)	2023 (b)	Variacao (c=b/a)	Diferença (d=b-a)	%
jan	2.832,45	3.140,77	1,11	308,32	10,89
fev	2.725,25	4.749,32	1,74	2.024,07	74,27
mar	2.755,87	7.903,16	2,87	5.147,29	186,78
abr	3.824,85	7.240,66	1,89	3.415,81	89,31
mai	3.249,68	7.258,66	2,23	4.008,98	123,37
jun	2.832,43	7.258,66	2,56	4.426,23	156,27
jul	2.817,12	7.258,66	2,58	4.441,54	157,66
ago	3.307,10	7.258,66	2,19	3.951,56	119,49
set	3.004,69		-	3.004,69	
out	3.265,00		-	3.265,00	
nov	2.801,81		-	2.801,81	
dez	3.265,00		-	3.265,00	

Cacoal-RO, 23 de setembro de 2023.

Eliane Dias Rosa Pereira Lima
Auditor Administrativo, cad. 0511
AUDIN/CGM

PROCESSO Nº 004/06
FOLHA 224

AM 110/2023-GC-JEPPM

OBJETO:

Interessado:

Questão:

Comunicado de suposta irregularidade - acumulação de cargo público e conduta de servidor

CGM

Planilha 2 - Abrangência da excessão criada pelo parágrafo 5º do art. 76 da Lei n. 2.735/10 alterado pelas Leis 4.828/21 e 5.134/22

Legislação aplicável	Fundamentação	Descrição	Observação	Verba	Valor (a)	meses (b)	Subtotal (c=a*b)	1/3 férias (d=a/3)	Total (e=c+d)
Lei n. 2.735/2010	art. 186 e 187	Art. 186. O servidor ocupante de cargo efetivo poderá ser nomeado para a função gratificada, não perdendo durante o exercício desse cargo a remuneração do cargo efetivo ou provento. Art. 187. Não se compreende na proibição de acumular desde que tenha correspondência com a função principal, a percepção de vantagens enumeradas previstas nesta lei.	As funções de Coordenador, Diretor e Inspetor da Vigilância Patrimonial mantêm correspondência com o cargo efetivo de vigilante, portanto, essa regra foi respeitada, quando da nomeação de servidores ocupantes do cargo de vigilante para as respectivas funções.						

DM 110/2023-GCJEPPM

OBJETO:

Interessado:

Questão:

Comunicado de suposta irregularidade - acumulação de cargo público e conduta de servidor CGM

Planilha 2 - Abrangência da excessão criada pelo parágrafo 5º do art. 76 da Lei n. 2.735/10 alterado pelas Leis 4.828/21 e 5.134/22

Legislação aplicável	Fundamentação	Descrição	Observação	Verba	Valor (a)	meses (b)	Subtotal (c=a*b)	1/3 férias (d=a/3)	Total (e=c+d)
Lei n. 2.735/2010 alterada pela Lei n. 4.828/2021 e Lei n. 5.134/2022	art. 76, parágrafo 5º	Art. 76 Terá direito à pontuação, na proporção especificada no art. 73 combinado com art. 74 desta Lei, para efeito de base de cálculo, os servidores efetivos lotados na Coordenação de Desenvolvimento Urbano, Coordenação de Receita, Departamento de Recursos Humanos, Folha de Pagamento, Departamento de Tecnologia da Informação e, Setor Administrativo do Gabinete do Prefeito, a exceção dos respectivos Chefes de Departamento de Fiscalização Tributária, Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária, Chefe do Departamento de Fiscalização de Obras e Posturas, Chefe do Departamento de Fiscalização de Meio Ambiente, Coordenador de Desenvolvimento Urbano, Chefe de Recursos Humanos, Chefe de Cadastro de Recursos Humanos, Chefe de Folha de Pagamento e Chefe de Tecnologia da Informação, os quais farão jus à base de cálculo no importe de 100% (cem por cento), nos seguintes percentuais:	Não incluiu os lotados no setor de Diretoria de Vigilância Patrimonial, mantendo todos os servidores lotados no setor fora dos benefícios do artigo.						

PM 110/2023-GC-JEPPM

OBJETO:

Interessado:

Questão:

Legislação aplicada: Comunicado de suposta irregularidade - acumulação de cargo público e conduta de servidor CGM Planilha 2 - Abrangência da exceção criada pelo parágrafo 5º do art. 76 da Lei n. 2.735/10 alterado pelas Leis 4.828/21 e 5.134/22

Fundamentação	Descrição	Observação	Verba	Valor (a)	meses (b)	Subtotal (c=a*b)	1/3 férias (d=a/3)	Total (e=c+d)
Lei n. 2.735/2010 alterado pela Lei 1.755/PMC/2021	§ 1º Aos servidores efetivos lotados na Coordenação de Desenvolvimento Urbano, Coordenação de Receita, Departamento de Recursos Humanos, Folha de Pagamento, Departamento de Tecnologia da Informação e, Setor Administrativo do Gabinete do Prefeito, cuja base de cálculo será de 100% (cem por cento) do valor integral da gratificação, serão devidos os seguintes percentuais:	Não incluiu os lotados no setor de Diretoria de Vigilância Patrimonial e não criou exceção para o Diretor a Vigilância Patrimonial.						
Lei n. 2.735/2010 alterado pela Lei 1.755/PMC/2021	§ 4º Será devida a gratificação pela nomeação de servidor efetivo no cargo em comissão de Diretor de Vigilância Patrimonial.	Especificidade para o servidor efetivo nomeado como Diretor da Vigilância Patrimonial, sem determinar o percentual a ser aplicado.						
Lei n. 2.735/2010 alterado pela Lei 1.755/PMC/2021	§ 3º Somente depois de 02 (dois) anos consecutivos de lotação nos órgãos especificados neste artigo é que os servidores efetivos farão a jus a gratificação de produtividade	Carência de 02 anos para iniciar o recebimento da gratificação, contando da vigência da lei em 11/06/2021.						
Lei n. 2.735/2010 alterado pela Lei 1.755/PMC/2021	§ 5º Para efeitos de adimplemento do período de carência de 02 (dois) anos para concessão da gratificação ao Departamento de Recursos Humanos, Folha de Pagamento, Departamento de Tecnologia da Informação e, Setor Administrativo do Gabinete do Prefeito, será considerado o período de lotação anterior à vigência desta Lei.	abre exceções para o cumprimento do período de carência e não inclui o setor de Diretoria de Vigilância Patrimonial ou seu diretor. Efeitos financeiros seriam a partir de 01/01/2022	servidor/Gra t art. 76	R\$2.802,53	x 14	= 39.235,42	+ R\$1.401,27	= R\$40.636,69

PROCESSO Nº 004/06
FOLHA 227

011/10/2023-GCJEPPM

OBJETO:

Interessado:

Questão:

Comunicado de suposta irregularidade - acumulação de cargo público e conduta de servidor
CGM

Planilha 2 - Abrangência da excessão criada pelo parágrafo 5º do art. 76 da Lei n. 2.735/10 alterado pelas Leis 4.828/21 e 5.134/22

Legislação aplicável	Fundamentação	Descrição	Observação	Verba	Valor (a)	meses (b)	Subtotal (c=a*b)	1/3 férias (d=a/3)	Total (e=c+d)
Lei n. 2.735/2010 alterado pela Lei 4.828/2021	art. 76, parágrafo 5º	Terá direito à pontuação, na proporção especificada no art. 73 combinado com art. 74 desta Lei, para efeito de base de cálculo, os servidores efetivos lotados nos órgãos discriminados no § 1º deste artigo, a exceção dos respectivos Chefes, Coordenador da Receita, Coordenador de Desenvolvimento Urbano, Chefe de Recursos Humanos, Chefe de Cadastro de Recursos de Pagamento, Chefe de Tecnologia da Informação, Coordenador Geral de Contabilidade e Superintendente de Tesouraria, os quais farão jus à base de cálculo no importe de 100% (cem por cento).	O art. 76 cria uma forma de contabilizar a pontuação estabelecida nos arts. 73 e 74 para gratificar servidores efetivos lotados em órgãos específicos. Estabelece ainda, a diferenciação do percentual do valor gerado para remunerar chefes e colaboradores. Sendo que os chefes recebem 100% do valor gerado pela multiplicação da quantidade de pontos (1800) pelo valor do ponto, que é resultado da equação do valor da UFC multiplicado 0,0017. Enquanto que o valor a remunerar os colaboradores varia pela formação acadêmica, sendo 80%, 50% ou 30% aplicados sobre o resultado da equação						

IM 110/2023-GCJEPPM

OBJETO:

Interessado:

Questão:

Comunicado de suposta irregularidade - acumulação de cargo público e conduta de servidor
CGM

Planilha 2 - Abrangência da excessão criada pelo parágrafo 5º do art. 76 da Lei n. 2.735/10 alterado pelas Leis 4.828/21 e 5.134/22

Fundamentação	Descrição	Observação	Verba	Valor (a)	meses (b)	Subtotal (c=a*b)	1/3 férias (d=a/3)	Total (e=c+d)
Lei n. 2.735/2010 alterada pela Lei 4.828/2021	§ 1º Aos servidores efetivos lotados na Coordenação de Desenvolvimento Urbano, Coordenação de Receita, Departamento de Recursos Humanos, Folha de Pagamento, Departamento de Tecnologia da Informação, Setor Administrativo do Gabinete do Prefeito, Coordenadoria Geral de Contabilidade, Superintendência de Tesouraria, Setor de Convênios da SEMFAZ, Coordenadoria de Gestão Orçamentária, cuja base de cálculo será de 100% (cem por cento) do valor integral da gratificação, devidos nos seguintes percentuais:	Não menciona o setor da Diretoria de Vigilância Patrimonial						
Lei n. 2.735/2010 alterada pela Lei 4.828/2021	§ 5º Para efeitos de adimplemento do período de carência de 01 (um) ano para concessão da gratificação ao Departamento de Recursos Humanos, Folha de Pagamento, Departamento de Tecnologia da Informação, Coordenação Administrativa da SEMAD, Setor Administrativo do Gabinete do Prefeito, Coordenadoria Geral de Contabilidade, Superintendência de Tesouraria, Setor de Convênios da SEMFAZ, Coordenadoria de Captação de Recursos e, Coordenadoria de Gestão Orçamentária, será considerado o período de lotação anterior à vigência desta Lei.	Não menciona o setor da Diretoria de Vigilância Patrimonial, mantendo o período de carência vigorando a partir da vigência da lei.						

PM 110/2023-GCJEPPM

OBJETO:

Interessado:

Questão:

Legislação

aplicada

Comunicado de suposta irregularidade - acumulação de cargo público e conduta de servidor.
CGM

Planilha 2 - Abrangência da excessão criada pelo parágrafo 5º do art. 76 da Lei n. 2.735/10 alterado pelas Leis 4.828/21 e 5.134/22

Fundamentação	Descrição	Observação	Verba	Valor (a)	meses (b)	Subtotal (c=a*b)	1/3 férias (d=a/3)	Total (e=c+d)
Art. 76, parágrafo 5º da Lei n. 2.735/2010 alterado pela Lei n. 5.134/22	Art. 76 Terá direito à pontuação, na proporção especificada no art. 73 combinado com art. 74 desta Lei, para efeito de base de cálculo, os servidores efetivos lotados nos órgãos discriminados no § 1º deste artigo, a exceção dos respectivos Chefes, Coordenador da Receita, Coordenador de Desenvolvimento Urbano, Chefe de Recursos Humanos, Chefe de Cadastro de Pagamento, Chefe de Tecnologia da Informação, Coordenador Geral de Vigilância Patrimonial e Diretor de Vigilância Patrimonial, Coordenador Geral de Contabilidade e Superintendente de Tesouraria, os quais farão jus à base de cálculo no importe de 100% (cem por cento). § 4º Será devida a gratificação pela nomeação de servidor efetivo na Função Gratificada de Inspetor de Vigilância Patrimonial.	Considera-se que "Função Gratificada" é a classificação dada ao cargo de inspetor de vigilância patrimonial para segregar a função aos servidores efetivos do quadro de vigilantes, diferenciando-a dos cargos de livre nomeação e exoneração classificados como "comissionados", aos quais é permitida a posse a pessoa com ou sem vínculo com o Município. O cargo e suas atribuições foram acrescentados ao art. 20A da Lei n. 2.543/09 que trata da estrutura política-organizacional do Executivo Municipal. As atribuições do cargo de inspetor, caracterizam-se como atribuições de chefia, uma vez que, estabelece uma equipe a ser coordenada e fiscalizada, enquadrando-o no inciso VII do art. 2º da Lei 2.735/PMC/2010. Tal fato, possibilita a classificação do cargo como "função gratificada". Portanto, entende-se que o cargo de Inspetor é uma função de "Chefia" de equipe, o que possibilita o recebimento da gratificação acumulando-a com a gratificação do art. 76 da lei 2.735/2010. Falha detectada na	Verba	3.286,66				

PROCESSO Nº 004/06
FOLHA 230

2023-11-10 11:02:33 GCJEPPM

OBJETO:

Interessado:

Questão:

Legislação aplicável

Descrição

Fundamentação

Observação

Verba

Valor (a)

meses (b)

Subtotal (c=a*b)

1/3 férias (d=a/3)

Total (e=c+d)

Nota 4:

Nota 5:

Obs:

Comunicado de suposta irregularidade - acumulação de cargo público e conduta de servidor
CGM

Planilha 2 - Abrangência da excessão criada pelo parágrafo 5º do art. 76 da Lei n. 2.735/10 alterado pelas Leis 4.828/21 e 5.134/22

benefício do artigo não foi estendido à Coordenação ou a Direção de Vigilância Patrimonial, assim, somente os chefes fazem jus ao mesmo. De igual modo, o parágrafo 4 incluiu a função de Inspetor de Vigilância Patrimonial, deixando de fora qualquer outro integrante da equipe.

Ao incluir a função de Inspetor de Vigilância Patrimonial como beneficiária da gratificação do art. 76 por meio do parágrafo 4, deixando de mencioná-la no parágrafo 1 ou no caput do art., a norma não especifica qual regra será seguida para determinação do *quantum* (o percentual) a ser efetivamente pago, se uma ou outra regra.

As alterações promovidas pela Lei n. 5.134/22 sobre o art. 76 da Lei n. 2.731/PM/2010 estendeu as excessões do caput ao Coordenador de Vigilância Patrimonial e o Diretor de Vigilância Patrimonial, incluiu a Coordenação Administrativa da SEMAD no parágrafo 1 dos órgãos beneficiados. incluiu a função de Inspetor de Vigilância Patrimonial como beneficiada, reduziu o período de carência de 02 (dois) para 01 (um) ano, porém, não sanou a questão quanto as excessões do aproveitamento do período de lotação anterior. Assim, o apresentado na nota 1 foi estendido aos cargos de Coordenador e de Inspetor da Vigilância Patrimonial.

No caso apresentado de Gratificação ao INS

Para o cálculo do possível dano, considerou-se o período em a verba foi percebido pelo servidor, incluindo 50% do 13 salário e 1/3 das férias.

Cacoal-RO, 26 de setembro de 2023.

Ellane Dias-Rosa Pereira Lima
Auditor Administrativo, Cad. 0511
AUDIN/CGM



PROCESSO Nº 004/06
FOLHA 233

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCESSO: 02295/23/TCE-RO.
SUBCATEGORIA: Procedimento Apuratório Preliminar – PAP.
ASSUNTO: Comunicado de suposta irregularidade - acumulação de cargo público e conduta de servidor.
JURISDICIONADO: Câmara Municipal de Cacoal - CMCAC.
RESPONSÁVEIS: Magnison da Silva Mota - CPF nº. ***.473.312-**.
Patrícia Almeida Costa - CPF nº. ***.812.832-**.
Adailton Antunes Ferreira - CPF nº. ***.452.772-**.
Patrícia Migliorine Costa - CPF nº. ***.731.372-**.
INTERESSADO: Não se aplica¹.
ADVOGADO: Sem advogado nos autos.
RELATOR: JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO.

PROCEDIMENTO APURATÓRIO PRELIMINAR-PAP. INFORMAÇÃO DE IRREGULARIDADE. CMCAC. COMUNICADO APÓCRIFO. DEMANDA QUE NÃO ALCANÇA PONTUAÇÃO MÍNIMA NA ANÁLISE DA SELETIVIDADE. MATRIZ RROMa. CONCORDÂNCIA DA RELATORIA. ARQUIVAMENTO. ENCAMINHAMENTO PARA ADOÇÃO DE MEDIDAS PROPOSTAS PELA SGCE. DETERMINAÇÃO DE REGISTRO ANALÍTICO DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS. RESOLUÇÃO 291/2019/TCE-RO.

1. As ações de controle no âmbito desta Corte de Contas dependem da demonstração dos requisitos de seletividade, nos termos da Resolução nº 291/2019.

2. No caso em análise, diante da ausência de preenchimento dos requisitos relativos à materialidade, relevância, oportunidade, risco, gravidade, urgência e tendência, o arquivamento da documentação é medida que se impõe.

3. Não obstante a determinação de arquivamento, será expedida notificação ao Presidente da Câmara do Município de Cacoal, à Controladora Geral da Câmara, ao Prefeito do município, e a Controladora Geral do município para conhecimento das supostas irregularidades e adoção das medidas cabíveis.

¹ Comunicado revestido de anonimato, portanto, não há identificação do autor do comunicado feito ao Tribunal de Contas pelo canal da Ouvidoria. Esta Corte só deve figurar como interessada nos processos em que estiver na condição de órgão controlado, nos termos do art. 9º, IX, parágrafo único, da Resolução n. 37/2006/TCE-RO redação dada pela Res. 327/2020/TCE-RO). Portanto, classifica-se o interessado nos autos como “não identificado”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

DM 0110/2023-GCJEPPM.

1. Trata-se de procedimento apuratório preliminar - PAP, instaurado a partir do comunicado de irregularidade de origem apócrifa, recebida pela Ouvidoria deste Tribunal de Contas, versando sobre possíveis irregularidades cometidas “pelo servidor da Prefeitura municipal de Cacoal, senhor Edimar Kapiche Luciano, ocupante do cargo de vigilante, que o acumula com o cargo de Vereador daquele Município” (sic) (ID 1445094), *in verbis*:

(...)

Aportou nesta Ouvidoria **demanda anônima** que trata de supostas irregularidades cometidas pelo servidor da Prefeitura municipal de Cacoal, senhor **EDIMAR KAPICHE LUCIANO**, ocupante do cargo de **VIGILANTE**, **que o acumula com o cargo de Vereador** daquele Município.

Em pesquisa empreendida junto aos portais de transparência da Câmara e Prefeitura de Cacoal, foram localizados os vínculos do citado servidor:

Prefeitura

<https://transparencia.cacoal.ro.gov.br/portaltransparencia/1/servidores/detalhes?vinculo=undefined&matricula=45761&enQdadeOrigem=1>

Câmara

<https://transparencia.cacoal.ro.leg.br/portaltransparencia/15/servidores/detalhes?vinculo=undefined&matricula=200158&enQdadeOrigem=15>

Foi verificado que a **partir do mês de março/2023, o servidor passou a receber Função Gratificada - FUN GRAT TAB II.**

Sobre o tema em questão, o Regimento Interno da Casa Legislativa de Cacoal (https://www.cacoal.ro.leg.br/leis/regimento-interno-da-mc/copy_of_regimento-interno), traz em seu art. 75 vedações destinadas ao cargo de Vereador. Vejamos:

Art. 75. Os Vereadores não poderão, na forma da legislação federal, sob pena de cassação do mandato pela Câmara Municipal:

[]

VI - desde a diplomação, aceitar cargo, função ou emprego remunerado nas entidades referidas nos itens IV e V, ressalvada a admissão por concurso público;

Nos apontamentos da manifestação consta, ainda, que o servidor em **deslocamento de viagem de interesse da Prefeitura, no cargo de Vigilante, utilizou veículo da Câmara para o trajeto** até a Capital Porto Velho, conforme relato abaixo:

ESTE VEREADOR PARA ESCONDER SUA DESPESAS COM DIÁRIA FEZ PIOR. TOMOU DIÁRIA DA PREFEITURA DE CACOAL PARA IR ATÉ BARUERI/SP (POR SER SERVIDOR VIGILANTE) E AINDA USOU O CARRO DA CÂMARA PARA IR ATÉ PVH PEGAR O VOO. AS PASSAGENS FORAM CUSTEADAS PELA PREFEITURA DE CACOAL EM CONFRONTO COM A LEGISLAÇÃO, POIS EXERCE MANDATO ELETIVO E NÃO PODERIA TOMAR DIÁRIAS COMO SE CHEFE FOSSE DO SETOR DE VIGILÂNCIA DO MUNICÍPIO.



PROCESSO Nº 004/06
FOLHA 234

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Vide link do Portal de Transparência da Prefeitura de Cacoal, para acessar informações sobre a citada viagem:

<https://transparencia.cacoal.ro.gov.br/portaltransparencia/1/empenhos/detalhe?search=id.enOdade==1&enOdade=1&exercicio=2023&empenho=3306>

Com o intuito de subsidiar as alegações apresentadas, os apontamentos vieram acompanhados de indicação de matéria da coluna do sítio eletrônico Tribuna Popular, publicada em 28.07.2023.

(<https://tribunapopular.com.br/coluna-doxavier-cacoal-o-chico-o-francisco-o-vigilante-e-a-eOca/>). (Grifos nossos)

2. Autuada a documentação na condição de Processo Apuratório Preliminar – PAP, houve sua remessa à Secretaria Geral de Controle Externo - SGCE, para averiguação da existência de elementos para prosseguimento ou arquivamento dos autos, nos termos do art. 5º², da Resolução nº 291/2019/TCE-RO.

3. A Secretaria-Geral de Controle Externo (SGCE), após a pertinente análise, manifestou-se por meio de Relatório Técnico, acostado ao ID nº 1456259, fls. 013/024, na seguinte forma, *transcrevo*;

(...)

4. CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

40. Ante o exposto, não alcançados índices suficientes de seletividade, nos termos do art. 9º, da Resolução n. 291/2019/TCE-RO, propõe-se o seguinte

a) Deixar de processar o presente Procedimento Apuratório Preliminar - PAP, dado o não preenchimento dos requisitos afetos à moldura da seletividade, constantes no artigo 9º, §1º da Resolução n. 291/2019, uma vez que este Tribunal de Contas deve aperfeiçoar as suas ações, nos termos dos postulados norteadores do controle externo por ela exercido, notadamente aqueles relacionados com os princípios da economicidade, da eficiência, da eficácia e da efetividade, bem ainda, os critérios da materialidade, relevância, risco, oportunidade, gravidade e urgência;

*b) Dar ciência, quanto ao noticiado, aos srs. Magnison da Silva Mota (CPF n. ***.473.312-**), presidente da Câmara Municipal de Cacoal, e Adailton Antunes Ferreira (CPF n. ***.452.772 -**), prefeito do município de Cacoal, e, respectivamente, aos responsáveis pelos controles internos³ dos mencionados órgãos, ou a quem os vier a substituir, para conhecimento e adoção das providências apuratórias dos fatos. Se confirmado dano ao erário, que observem as regras estabelecidas na Instrução Normativa nº 68/2018/TCE-RO para fins de instauração, apuração e remessa de procedimento de Tomada de Contas Especial a esta Corte, para apreciação;*

² Art. 5º Informações de irregularidade deverão ser encaminhadas imediatamente ao Departamento de Documentação e Protocolo (DDP) para autuação como Procedimento Apuratório Preliminar (PAP) e, em seguida, à Secretaria-Geral de Controle Externo (SGCE) para exame de seletividade da demanda. (Resolução 291/2019/TCE-RO, disponível em: <<http://www.tce.ro.gov.br/tribunal/legislacao/arquivos/Res-291-2019.pdf>>).

³



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

c) Remeter cópia ao controle externo para servir de elemento informativo no planejamento de futuras fiscalizações, nos termos do art. 3º, da Resolução n. 291/2019/TCE-RO;

d) Dar ciência ao Ministério Público de Contas.

(...)

4. Segundo a SGCE, estão presentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 6º, incisos I a III da Resolução nº. 291/2019/TCE-RO, pois: a) trata-se de matéria de competência desta Corte, b) as situações-problemas estão bem caracterizadas e c) existem elementos razoáveis de convicção suficientes para subsidiar um possível início de uma ação de controle.

5. Todavia, "... foi verificado que a informação atingiu **45,6 (quarenta e cinco vírgula seis)** pontos, no índice RROMa, **não estando apta**, de acordo com o art. 4º da Portaria nº. 466/2019, para passar à segunda fase de seletividade, consistente na apreciação da gravidade, urgência e tendência (matriz GUT)". *Vejamos a fundamentação do Controle Externo:*

3. ANÁLISE TÉCNICA

(...)

18. No caso em análise, estão presentes os requisitos de admissibilidade, revistos no art. 6º, incisos I a III da Resolução n. 291/2019/TCE-RO, pois: a) trata-se de matéria de competência desta Corte; b) as situações-problemas estão bem caracterizadas; c) há elementos indiciários suficientes para, caso alcançada a pontuação de seletividade, lastrear o início de uma ação de controle.

(...)

25. Apurado, inicialmente, o índice RROMa, verificou-se (vide Anexo) que este atingiu a pontuação de **45,6 (quarenta e cinco vírgula seis)**, indicando que a informação **não está apta**, de acordo com o art. 4º da Portaria n. 466/2019, para passar à apuração da segunda fase da avaliação de seletividade, que consiste na apreciação da gravidade, urgência e tendência (matriz GUT).

26. Em virtude da pontuação obtida na avaliação do índice RROMa, a informação não deve ser selecionada para a realização de ação de controle específica por este Tribunal, cabendo o arquivamento do processo, com ciência ao gestor e ao controle interno, para adoção de medidas administrativas cabíveis, nos termos do art. 9º, *caput*, da Resolução n.291/2019/TCE-RO.

(...)

29. No comunicado apresentado, verberou-se, em síntese, que o senhor Edimar Kapiche Luciano, supostamente, acumularia indevidamente o cargo de vigilante com o de vereador daquele município, tendo, ainda, recebido irregularmente gratificação e diárias, bem como feito o uso irregular de veículo oficial daquele órgão legislativo municipal.

30. Compulsando-se o sítio3 eletrônico da Prefeitura Municipal de Cacoal – RO detectou-se que, de fato, o mencionado agente público4 ocupa, desde 02/01/06, o cargo de vigilante, lotado na SEMED, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração base avaliada em R\$ 1.024,18 (valor ref. ao exercício de 2023). Acrescenta-se que, desde março do presente exercício, vem recebendo a



PROCESSO Nº 004/06
FOLHA 235

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

gratificação "FUN GRAT TAB II", no valor de R\$ 1.200,00. Vide ID's=1456208 e 1456209.

31. Outrossim, em pesquisa ao portal de transparência da Câmara Municipal de Cacoal⁵, infere-se que o citado agente tomou posse no cargo eletivo de vereador em 01/01/21, com subsídio estimado em R\$ 10.100,00 (ID=1456210).

32. Do mesmo modo, consoante informado nos referidos portais eletrônicos, também visualiza-se que o Sr. Edimar K. Luciano recebeu 5 + ½ diárias⁶, no montante total de R\$ 4.050,00, para, na qualidade de chefe de vigilância patrimonial de Cacoal, deslocar-se até Barueri – SP, acompanhando a Secretária Municipal de Administração, com a finalidade de participar do VIII Congresso Brasileiro de Guardas Municipais e Segurança Pública, que aconteceu nos dias 19, 20 e 21 de julho de 2023 (ID=1456211).

33. Quanto ao suposto deslocamento – via terrestre – de Cacoal para Porto Velho com veículo oficial do órgão legislativo de Cacoal, nos referidos sítios eletrônicos não consta elementos indicativos para intentar qualquer conclusão a respeito, o que demandaria, a princípio, análise mais aprofundada, na busca de maiores evidências.

34. No que concerne, finalmente, à suposta acumulação irregular de cargo público efetivo (vigilante) com outro cargo de agente político (vereador), há que se considerar que a Constituição Federal, em seu art. 38, III⁷, acolhe como legal a hipótese, com recebimento de ambas as remunerações, desde que haja compatibilidade de horários, situação que merece devida aferição pelo controle interno.

35. É de considerar, sobre esse último tópico, que o autor não trouxe qualquer indício de que estaria havendo sobreposição de jornadas, na execução concomitante dos dois cargos, não havendo, pois, sinais precisos de irregularidade.

36. Destarte, ainda que a casuística aponte para a possível ocorrência de transgressões com reflexos, inclusive, danosos ao erário, sopesando-se que tal apuração demandaria uma profunda e complexa reflexão documental e, ainda, que muito provavelmente estaríamos defronte de valores diminutos e que não justificariam a movimentação deste Tribunal de Contas (TCE – RO) para a sua persecução, considerando, dentre outras aspectos, a pouca expressividade monetária das próprias remunerações do agente jurisdicionado e das diárias a ele concedidas, esta Unidade Técnica, à luz da racionalização, economicidade, seletividade e eficiência processual, entende não haver o necessário lastro para abertura de ação de controle específica para apreciar a acusação feita.

37. A propósito, a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia caminha nessa mesma direção, *in verbis*:

Acórdão APL-TC 00163/20 referente ao processo 01444/19

EMENTA. REPRESENTAÇÃO. PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA-RO. POSSÍVEL IRREGULARIDADE NA EXONERAÇÃO E POSTERIOR REVOGAÇÃO DO ATO DE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MÉDICO. AUSÊNCIA DE RISCO, RELEVÂNCIA E MATERIALIDADE QUE POSSAM ATRAIR A ATUAÇÃO DESTA CORTE DE CONTAS, CONSOANTE DISPOSIÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 2º, DA RESOLUÇÃO N. 291/2019. INUTILIDADE DA PERSECUÇÃO PROCESSUAL. SELETIVIDADE DAS AÇÕES DE CONTROLE.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM ANÁLISE DE MÉRITO. ARQUIVAMENTO.

1. No caso concreto, dinamicamente, este Egrégio Tribunal de Contas tem realizado uma sensata ponderação para **conferir a máxima efetividade em suas ações de controle**, nos termos da Resolução n. 291/2019, a fim de garantir que a **utilização da máquina pública seja cuidadosamente manejada**, para instruir fiscalizações relevantes e de interesse da coletividade, que atraíam **resultados eficazes e efetivos** de que se espera.

2. Diante da **impossibilidade da atuação efetiva de controle externo em virtude da ausência dos requisitos risco, relevância e materialidade**, bem como pela forte probabilidade dos custos com a persecução referida se sobrepor, consideravelmente, aos possíveis benefícios e da premente necessidade de esta Corte eleger prioridades viáveis a extinção do feito e à medida que se impõe.

3. Processo extinto, sem resolução mérito, ante a falta de interesse de agir, bem como em homenagem aos princípios da economicidade, da eficiência e da razoabilidade, que exigem do Tribunal de Contas a seletividade nas suas ações de controle.

4. Determinação.

5. Arquivamento. (Negritos inseridos)

38. Nessa contextura, é de se preponderar que, nada obstante o comunicado apócrifo não ter demonstrado aptidão para alcançar o índice necessário a ensejar uma ação de controle específica por esta Corte de Contas, é medida imperiosa, nesta oportunidade, que se determine tanto à Câmara Municipal quanto à Prefeitura de Cacoal, bem como aos respectivos órgãos de controle interno, a quem caberia originariamente os controles sobre o cumprimento da carga horária de seus agentes públicos, a concessão diárias, o uso de veículos oficiais, v.g., a adoção das providências de apuração dos fatos noticiados, mediante a utilização das medidas e dos instrumentos previstos na legislação de regência.⁴⁰ Portanto, parece não haver plausibilidade na acusação relacionada a pagamento de gratificação sem suporte legal.

39. De mais a mais, sopesando-se que não fora alcançado a pontuação mínima na análise de seletividade, conclui-se cabível a propositura de arquivamento deste PAP, com determinação de medidas aos gestores e, respectivamente, aos representantes do controle interno, nos termos do art. 9º, da Resolução n. 291/2019/TCE-RO.

(...)

6. É o relatório do necessário.

7. Passo a fundamentar e decidir.

8. Sem maiores delongas, assinto com o encaminhamento proposto pela SGCE⁴ para o fim de **não processar** o comunicado de irregularidade em testilha e, desse modo, determinar o seu arquivamento. Isso, notificando o Presidente da Câmara Municipal de Cacoal, Magnison da Silva Mota, e a Controladora Geral da Câmara, Patrícia Almeida Costa, ao Prefeito do município,

⁴ ID nº 1456259, fls. 013/024.



PROCESSO Nº 004/06
FOLHA 236

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Adailton Antunes Ferreira, e a Controladora Geral do município Patrícia Migliorine Costa, para conhecimento e adoção das providências apuratórias dos fatos, e, se **confirmado dano ao erário**, que se observe as regras estabelecidas na Instrução Normativa nº. 68/2018/TCE-RO para fins de instauração, apuração e remessa de procedimento de Tomada de Contas Especial a esta Corte, dando ciência ao Ministério Público de Contas. *Transcrevo:*

(...)

4. CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

40. Ante o exposto, não alcançados índices suficientes de seletividade, nos termos do art. 9º, da Resolução n. 291/2019/TCE-RO, propõe-se o seguinte

a) **Deixar de processar o presente Procedimento Apuratório Preliminar - PAP**, dado o não preenchimento dos requisitos afetos à moldura da seletividade, constantes no artigo 9º, §1º da Resolução n. 291/2019, uma vez que este Tribunal de Contas deve aperfeiçoar as suas ações, nos termos dos postulados norteadores do controle externo por ela exercido, notadamente aqueles relacionados com os princípios da economicidade, da eficiência, da eficácia e da efetividade, bem ainda, os critérios da materialidade, relevância, risco, oportunidade, gravidade e urgência;

b) **Dar ciência**, quanto ao noticiado, aos srs. Magnison da Silva Mota (CPF n. ***.473.312-**), presidente da Câmara Municipal de Cacoal, e Adailton Antunes Ferreira (CPF n. ***.452.772 -**), prefeito do município de Cacoal, e, respectivamente, aos responsáveis pelos controles internos⁵ dos mencionados órgãos, ou a quem os vier a substituir, para conhecimento e adoção das providências apuratórias dos fatos. Se confirmado dano ao erário, que observem as regras estabelecidas na Instrução Normativa nº 68/2018/TCE-RO para fins de instauração, apuração e remessa de procedimento de Tomada de Contas Especial a esta Corte, para apreciação;

c) **Remeter cópia ao controle externo para servir de elemento informativo no planejamento de futuras fiscalizações**, nos termos do art. 3º, da Resolução n. 291/2019/TCE-RO;

d) **Dar ciência ao Ministério Público de Contas.**

(...)

9. No caso, quanto ao exame aos critérios objetivos de seletividade, restou consignado que, embora os fatos narrados sejam de competência do Tribunal de Contas, a demanda **não alcançou** a pontuação mínima no índice RROMa⁶, nos termos do Relatório de Análise Técnica, da SGCE.

10. Segundo as apurações do Controle, a demanda **pontuou apenas 45,6 (quarenta e cinco virgula seis)** pontos, no índice RROMa, não alcançando, assim, a pontuação **mínima**, que é **50 (cinquenta)** pontos para passar à análise da matriz GUT, a fim de serem verificados a gravidade, urgência e tendência.

⁵ Art. 4º da Portaria nº 466/2019, c/c o art. 9º res. nº 291/2019.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

11. Isto é, **restou**, a demanda, com **4,4 (quatro vírgula quatro)** pontos a menos que a pontuação mínima na análise de seletividade.

12. Assim, considerando a apuração do índice de materialidade, relevância, oportunidade, risco, gravidade, urgência, tendência, a informação trazida ao conhecimento desta Corte não alcançou índice suficiente para realização de ação de controle, a medida que se impõe é o **arquivamento** dos presentes autos, **sem exame do seu mérito**, com substrato jurídico no Parágrafo Único do art. 2º⁷, c/c art. 9º, §1º, ambos da Resolução nº 291/2019/TCE-RO, bem como os critérios de admissibilidade previstos no artigo 80, Parágrafo Único, c/c o parágrafo único do art. 78-C do Regimento Interno desta Corte de Contas.

13. Como destacado, embora a informação não seja selecionada para constituir ação autônoma de controle nesta oportunidade, a matéria não ficará sem tratamento pela Corte de Contas, uma vez que, nos termos do art. 9º da Resolução nº 291/2019/TCE-RO, caberá notificação à autoridade responsável e ao órgão de controle interno para adoção de medidas cabíveis.

(...)

Art. 9º Nos casos em que a demanda não alcance a pontuação mínima da análise de seletividade, a SGCE submeterá de imediato ao Relator proposta de arquivamento do PAP e de encaminhamento da informação de irregularidade a autoridade responsável e ao controle interno para adoção das medidas cabíveis, dando-se ciência ao interessado, se houver, e ao Ministério Público de Contas.

(...)

14. Determino, ainda, que, nos relatórios de gestão que integram a prestação de contas do município, constem registros analíticos das providências adotadas, nos termos do art. 9º, §1º, da Resolução nº 291/2019/TCE-RO.

(...)

§1º O Relator, caso esteja de acordo com a proposta de arquivamento, determinará que, nos relatórios de gestão que integram a prestação de contas, constem registros analíticos das providências adotadas em relação às informações de irregularidade comunicadas.

(...)

15. Por fim, ressalta-se que a informação de irregularidade integrará a base de dados da SGCE para planejamento das ações fiscalizatórias, conforme o art. 3º da Resolução nº 291/2019/TCERO.

16. Pelo exposto, decido:

I – Deixar de processar, com o consequente arquivamento, o presente Procedimento Apuratório Preliminar – PAP, pelo não atingimento dos critérios sumários de

⁷ Art. 2º O procedimento de análise de seletividade padronizará o tratamento e a seleção de informações de irregularidade recepcionadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, com a finalidade de racionalizar as propostas de fiscalizações não previstas no planejamento anual.

Parágrafo Único. O procedimento aludido no caput observará os critérios de materialidade, relevância, risco, oportunidade, gravidade, urgência e tendência, a serem definidos em portaria específica.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

seletividade entabulados no Parágrafo Único do art. 2º, c/c art. 9º, ambos da Resolução nº 291/2019/TCE-RO, bem como os critérios de admissibilidade previstos no artigo 80, Parágrafo Único, c/c o parágrafo único do art. 78-C do Regimento Interno desta Corte de Contas;

II – Determinar ao Presidente da Câmara Municipal de Cacoal, Magnison da Silva Mota, CPF nº. ***.473.312-**, e a Controladora Geral, Patrícia Almeida Costa, CPF nº. ***.812.832-**, ao Prefeito do município, Adailton Antunes Ferreira, CPF nº. ***.452.772-**, e a Controladora Geral do município, Patrícia Migliorine Costa, CPF nº. ***.731.372-**, que adotem as providências necessárias para apuração dos fatos, e se **confirmado dano ao erário**, que se observem as regras estabelecidas na Instrução Normativa nº. 68/2018/TCE-RO para fins de instauração, apuração e remessa de procedimento de Tomada de Contas Especial a esta Corte;

III – Determinar ao Presidente da Câmara Municipal de Cacoal, Magnison da Silva Mota, CPF nº. ***.473.312-**, e, a Controladora Geral, Patrícia Almeida Costa, CPF nº. ***.812.832-**, ao Prefeito do município, Adailton Antunes Ferreira, CPF nº. ***.452.772-**, e a Controladora Geral do município, Patrícia Migliorine Costa, CPF nº. ***.731.372-**, ou quem vier a lhes substituir, que façam constar em tópico específico junto aos relatórios de gestão que integram a prestação de contas da Câmara Municipal, e do executivo, os registros analíticos das providências adotadas em relação à informação de irregularidade objeto do presente Procedimento Apuratório Preliminar, com fundamento no §1º do art. 9º da Resolução nº 291/2019/TCE-RO;

IV – Determinar ao Departamento do Pleno que promova a notificação, na forma do art. 42 da Resolução nº. 303/2019/TCE-RO, dos responsáveis indicados nos itens II, e III, ou quem os substitua, para que tomem ciência e cumpram as medidas lá determinadas, indicando-lhes link (<https://pce.tce.ro.gov.br>), para acessar a íntegra destes autos no sítio institucional desta Corte de Contas Estadual;

V – Determinar à Secretaria Geral de Controle Externo, que;

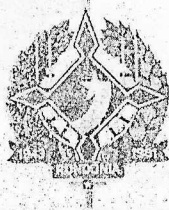
a) na análise da prestação de contas anual da Câmara Municipal de Cacoal, e da Prefeitura municipal afira quanto ao cumprimento do item III desta Decisão; e,

b) a informação de irregularidade noticiada nestes autos integre sua base de dados para planejamento das ações fiscalizatórias, conforme o art. 3º da Resolução nº. 291/2019/TCE-RO;

VI – Intimar o Ministério Público de Contas e a Secretaria Geral de Controle Externo, na forma regimental, acerca do teor desta decisão, bem como a **Ouvidoria** deste Tribunal de Contas, em face da Resolução nº. 122/2013/TTCE-RO;

§ Art. 2º O procedimento de análise de seletividade padronizará o tratamento e a seleção de informações de irregularidade recepcionadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, com a finalidade de racionalizar as propostas de fiscalizações não previstas no planejamento anual.

Parágrafo Único. O procedimento aludido no caput observará os critérios de materialidade, relevância, risco, oportunidade, gravidade, urgência e tendência, a serem definidos em portaria específica.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

VII – Determinar ao Departamento do Pleno que adote as medidas administrativas e legais cabíveis ao devido cumprimento desta Decisão, inclusive quanto a sua publicação e arquivamento.

Porto Velho/RO, 06 de setembro de 2023.

(assinado eletronicamente)

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Relator.

PROCESSOS: 004/PMC/2006; 048/PMC/2004; 1357/PMC/2014 E
244/PMC/2015; 843/PMC/2005.

ASSUNTO: SUPOSTO RECEBIMENTO INDEVIDO DE REMUNERAÇÃO.

INTERESSADA: SEMAD.

DESPACHO

Cuida-se, na espécie, de solicitação do Departamento de Recursos Humanos desta Municipalidade, a fim de que se analise a interpretação do artigo 76, da Lei Municipal n. 2.735/2010 a luz das alterações decorrentes da Lei Municipal n. 5.134/2022.

Isto porque, em tese, conforme manifestação da Controladoria Geral do Município, calcada em decisão do Tribunal de Contas do Estado, haveria, por parte dos servidores públicos respectivos, recebimento indevido, passível de restituição.

Entretanto, da análise dos autos, embora não se esteja, neste momento, diante de tomada de contas especial, verifica-se que há possibilidade de imputação de débito, ou seja, dever de restituição de valores, caso se conclua pela ilegalidade dos recebimentos, aliada ao mau proceder dos servidores.

Diante disso, em atenção aos princípios constitucionais do devido processo legal, contraditório e ampla defesa, entendemos viável que antes de uma análise conclusiva, seja oportunizado aos servidores o direito de se pronunciar sobre os fatos.

Para tanto, sugerimos o prazo de 15 dias.

À SEMAD para deliberação, após, retorne para análise da questão de mérito.

Cacoal/RO, 09 de setembro de 2023.

NELSON ARAÚJO ESCUDERO FILHO

Procurador do Município

RECBI
16/10/2023



PROCESSO Nº 004/06
FOLHA: 239
ASS. U

JESUS SILVA & ZUMACH

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

À SENHORA ELIANE DE LACERDA LUCIO, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PROCESSO 004/2006.

PREFEITURA DE CACOAL/RO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RECEBI EM: 01/11/2013 AS 13:30

ASSINATURA: [Assinatura]

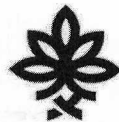
EDMAR KAPICHE LUCIANO, já qualificado nos autos em epígrafe, representado pelo Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Cacoal, na pessoa de seu advogado, vem, a presença de Vossa Senhoria, apresentar razões de defesa em face dos documentos de fls. 211/213 e 215/216:

1. FATOS.

Consta dos autos às fls. 211/213 e 215/216 apuratório de suposto recebimento indevido de remuneração, uma vez que está a se questionar o recebimento em cumulação com o subsídio de vereador, da gratificação prevista no artigo 76, da Lei Municipal n. 2.735/2010; da função gratificada de inspetor de vigilância patrimonial, prevista na Lei Municipal n. 5.134/2022.

Mais precisamente, foram suscitadas nos autos os seguintes questionamentos:

1. Se é lícita a cumulação da remuneração do cargo efetivo do servidor com o subsídio de vereador;
2. Se é lícito o recebimento da função gratificada de inspetor de vigilância patrimonial;
3. Se é lícito o recebimento da gratificação do artigo 76, da Lei Municipal n. 2.735/2010, em razão da investidura na função gratificada de inspetor de vigilância patrimonial sem o decurso



JESUS SILVA & ZUMACH

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

do prazo de um ano e qual seriam os critérios de escolaridade aplicáveis;

4. Se há obrigação de ressarcimento de valores, caso recebidos indevidamente.

2. FUNDAMENTOS DE DEFESA.

A princípio, vale destacar que os fatos em exame decorrem de denúncia feita junto ao Tribunal de Contas do Estado (Processo 295/23/TCE-RO – fls. 233/237).

Contudo, referida Corte, ao analisar os fatos, entendeu pelo seu arquivamento, eis que não alcançava a pontuação mínima a justificar a persecução apuratória.

Todavia, sinalizou que caberia ao Município averiguar eventual ilegalidade/dano passível de apuração.

Veja-se, o Tribunal de Contas sinalizou para a possibilidade de averiguação e não pela necessidade de reparação de dano.

Portanto, é imprescindível que se apurem os fatos a luz das normas aplicáveis e dos entendimentos jurisprudências a respeito, sendo totalmente equivocada manifestação de fls. 215/232, que já aponta dano a ser ressarcido.

2.1. ACUMULAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DO CARGO EFETIVO COM O SUBSÍDIO DE VEREADOR.

A discussão acerca da possibilidade de servidor efetivo eleito para o cargo de vereador perceber ambas as remunerações não é nova no mundo jurídico, porém, embora antiga, na atual fase da jurisprudência, não mais persiste dúvida, pois está pacificado que, desde que haja compatibilidade de horários para o exercício de ambas as funções, não haverá qualquer ilegalidade.

Regra, aliás, que consta de forma expressa na Constituição Federal, no artigo 38, III, *verbis*:

Art. 38 (...) CF/88



JESUS SILVA & ZUMACH

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior.

Tanto é assim que o parecer jurídico de fls. 208/210 não deixa dúvidas nesse sentido.

Além disso, a própria decisão do Tribunal de Contas do Estado (Processo 295/23/TCE-RO – fls. 233/237), foi expressa a esse respeito.

Portanto, não há qualquer ilegalidade a ser reparada no fato do servidor receber a remuneração do cargo efetivo em acumulação com o subsídio de vereador, visto que não há qualquer notícia nos autos no sentido de que não está cumprindo integralmente com as jornadas deles decorrentes.

2.2. FUNÇÃO GRATIFICADA DE INSPETOR DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL.

Conforme dito acima, a Constituição Federal (artigo 38, III) é expressa no sentido de que, desde que haja compatibilidade de horários, o servidor público poderá receber todas as vantagens do cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do mandato eletivo.

Assim, como se sabe, as funções gratificadas são privativas do servidor público efetivo, ou seja, somente podem ser ocupadas por servidor de carreira para o exercício de determinadas atividades administrativas.

Tal regra se encontra expressa na Lei Municipal n. 2.735/2010, no artigo 2º, VII, pelo qual:

Art. 2º Para efeito desta Lei considera-se: (...)

VII - FUNÇÃO GRATIFICADA - é a atribuição de caráter transitório, criada para atender a encargos, em nível de chefia, aos quais não corresponda cargo em comissão, atribuída aos servidores estáveis da Administração Direta, Indireta, Autárquicas e Fundações;



JESUS SILVA & ZUMACH

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Assim, por se tratar de função privativa de servidor efetivo, quando investido em função gratificada, esta passa a compor a respectiva remuneração.

Neste ponto, não se pode esquecer que a remuneração consiste na totalidade dos haveres recebidos pelo servidor público.

Portanto, estabelecendo o artigo 38, III, da Constituição Federal que o servidor efetivo detentor de mandato eletivo de vereador, desde que haja compatibilidade de horários, faz jus ao recebimento de todas as vantagens decorrentes do cargo efetivo, não há qualquer razão jurídica para concluir pela ilegalidade no recebimento da verba referente ao exercício da função gratificada de inspetor de vigilância patrimonial, desde que cumprida a respectiva jornada.

Não é por outro motivo que a Procuradoria Geral do Município, às fls. 208/210, emitiu parecer favorável ao recebimento, cuja fundamentação se mostra alinhada com a jurisprudência de nossos tribunais, citada na referida manifestação jurídica.

Na mesma direção é o Parecer Prévio n. 30/2005, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia sobre a permissibilidade de o servidor público da Administração Direta, Autárquica e Fundacional no exercício do mandato de Vereador perceber as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, nas hipóteses em que haja compatibilidade de horários. Senão vejamos:

PARECER PRÉVIO Nº 30/2005

“Ementa: Artigo 38, III, da CF/88. I – Abrangência da administração direta municipal - Poder Executivo e Legislativo. II - **Servidor efetivo do Executivo, legislativo e judiciário - Possibilidade de acumular cargo com mandato de vereador, desde que haja compatibilidade de horários, exceção feita ao caso sem que norma especial disciplinar de forma diversa**”. (...) É DE PARECER que se responda a Consulta nos seguintes termos: **I – Nos termos do artigo 38, II e III, da Constituição Federal, o servidor público da Administração Direta, Autárquica e Fundacional no exercício do mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, devendo, caso não haja tal compatibilidade, afastar-se do exercício daqueles, sendo-lhe facultado optar pela**



JESUS SILVA & ZUMACH

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

sua remuneração, ressalvadas outras incompatibilidades decorrentes de legislação específica; II – Por expressa disposição da Lei Federal nº 8.906/94, em seus artigos 28, I, e 29, II, é vedado aos Membros do Poder Legislativo o exercício da advocacia pública, sendo, portanto, incompatível o exercício simultâneo dos cargos de Vereador e de Procurador Jurídico do Legislativo, devendo o servidor em tal situação se afastar do cargo efetivo, sendo lhe facultado, todavia, optar pela remuneração que lhe pareça mais favorável, nos termos do artigo 38, II e III, da Constituição Federal”

Portanto, não há qualquer ilegalidade no recebimento da função gratificada de inspetor de vigilância patrimonial, visto que tal benesse se destina aos servidores do quadro efetivo e faz parte da remuneração do servidor, que detém mandato eletivo de vereador, já que não há nos autos qualquer indicativo no sentido de que deixou de desempenhar as atribuições do cargo efetivo.

2.3. GRATIFICAÇÃO DO ARTIGO 76, DA LEI N. 2.735/2010.

A dúvida acerca do fato de ser devida ou não a gratificação constante do mencionado artigo de lei decorre muito provavelmente da redação do próprio dispositivo, que ao longo dos anos passou por inúmeras mudanças e retalhos.

Entretanto, para uma melhor análise é necessário trazer a lume redação atual do referido artigo:

Art. 76. Terá direito à pontuação, na proporção especificada no art. 73 combinado com art. 74 desta Lei, para efeito de base de cálculo, os servidores efetivos lotados nos órgãos discriminados no § 1º deste artigo, a exceção dos respectivos Chefes, Coordenador da Receita, Coordenador de Desenvolvimento Urbano, Chefe de Recursos Humanos, Chefe de Cadastro de Recursos Humanos, Chefe de Folha de Pagamento, Chefe de Tecnologia da Informação, Coordenador Geral de Vigilância Patrimonial e Diretor de Vigilância Patrimonial, Coordenador Geral de Contabilidade e Superintendente de Tesouraria, Coordenador de Gestão Orçamentária e Coordenador de Captação de Recursos, os quais farão jus à base de cálculo no importe de 100% (cem por cento). **(Artigo com redação dada pela Lei nº**



JESUS SILVA & ZUMACH

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

5.146, de 21/12/2022, com efeitos financeiros a partir de 01/02/2023).

§ 1º Aos servidores efetivos lotados na Coordenação de Desenvolvimento Urbano, Coordenação de Receita, Departamento de Recursos Humanos, Folha de Pagamento, Departamento de Tecnologia da Informação, Coordenação Administrativo da SEMAD, Setor Administrativo do Gabinete do Prefeito, Coordenadoria Geral de Contabilidade, Superintendência de Tesouraria, Setor de Convênios da SEMFAZ, Coordenadoria de Captação de Recursos e, Coordenadoria de Gestão Orçamentária, cuja base de cálculo será de 100% (cem por cento) do valor integral da gratificação, devidos nos seguintes percentuais: **(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 5.134, de 17/11/2022, com efeitos financeiros a partir de 01/02/2023).**

I - servidores efetivos de nível superior: 80% do percentual da base de cálculo;

II - servidores efetivos de nível médio: 50% do percentual da base de cálculo; e

III - servidores efetivos de nível fundamental: 30% do percentual da base de cálculo.

§ 2º A gratificação especificada neste artigo será gradualmente elevada nos percentuais de escolaridade aos quais o servidor público efetivo tiver alcançado, a título de incentivo a qualificação e capacitação profissional. **(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 4.755, de 08/06/2021, com efeitos financeiros a partir de 01/01/2022).**

§ 3º Somente depois de 01 (um) ano consecutivo de lotação nos órgãos especificados neste artigo é que os servidores efetivos farão a jus a gratificação de produtividade. **(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 5.134, de 17/11/2022, com efeitos financeiros a partir de 01/02/2023).**

§ 4º Será devida a gratificação pela nomeação de servidor efetivo na Função Gratificada de Inspetor de Vigilância Patrimonial. **(Parágrafo com redação dada**



JESUS SILVA & ZUMACH

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

PROCESSO Nº 004/06
FOLHA 245
ASS. Up

pela Lei nº5.134, de 17/11/2022, com efeitos financeiros a partir de 01/02/2023).

§ 5º Para efeitos de adimplemento do período de carência de 01 (um) ano para concessão da gratificação ao Departamento de Recursos Humanos, Folha de Pagamento, Departamento de Tecnologia da Informação, Coordenação Administrativo da SEMAD, Setor Administrativo do Gabinete do Prefeito, Coordenadoria Geral de Contabilidade, Superintendência de Tesouraria, Setor de Convênios da SEMFAZ, Coordenadoria de Captação de Recursos e, Coordenadoria de Gestão Orçamentária, será considerado o período de lotação anterior à vigência desta Lei. **(Parágrafo com redação dada pela Lei nº5.134, de 17/11/2022, com efeitos financeiros a partir de 01/02/2023).**

Basicamente, dois são os questionamentos que supostamente maculariam a gratificação recebida pelo servidor, são eles:

1. Prazo de carência de um ano no respectivo setor;
2. Escolaridade aplicável para fins de cálculo do valor.

Com relação ao prazo de carência de um ano, é necessário se interpretar o § 3º, do artigo 76, conforme sua localização topográfica, de modo que os incisos seguem as regras dos parágrafos que, por sua vez, seguem a sombra do *caput*.

Assim, o *caput* e o § 1º do artigo 76 relaciona órgãos e funções cuja **lotação** é contemplada pela gratificação em exame. Nesses casos, pela regra do § 3º, exige-se o decurso de um ano de **lotação** no setor ou função, para que façam jus à gratificação.

Já o § 4º dispõe expressamente que ao servidor **nomeado** para a função gratificada de inspetor de vigilância patrimonial é devida a gratificação.

Veja-se que aqui não se fala em **lotação**, mas **nomeação**. **Trata-se de uma regra específica, que não trouxe nenhuma outra condicionante, como por exemplo prazo de carência.**

Mesmo porque, se o legislador almejasse que a situação do § 4º se assemelhasse às demais (com os mesmos requisitos), não teria tratado de forma individualizada, mas em conjunto com as outras situações previstas



JESUS SILVA & ZUMACH

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

no *caput* e/ou no § 1º, ou seja, não criaria o § 4º, bastaria incluir a referida função no *caput* e/ou no § 1º.

Portanto, por expressa autorização legal (§ 4º), o inspetor de vigilância patrimonial tem direito à gratificação do artigo 76, em razão de sua **nomeação** para tal função.

Prova disto é que o § 5º do artigo de lei em discussão estabelece para os cargos e funções nele elencados, ou seja, para os mesmos do *caput* e do § 1º, deve ser considerada a lotação anterior à vigência da lei autorizativa, sem fazer qualquer menção ou ressalva ao cargo de vigilante, o que demonstra, acima de qualquer dúvida razoável, o tratamento diferenciado que o legislador deu ao cargo.

De tal regra extrai-se, no mínimo, que se a função de inspetor de vigilância patrimonial tivesse submetida à carência do § 3º, não haveria razões, sob pena de ofensa à regra da igualdade, para não figurar na ressalta respectiva, que contemplou as demais lotações beneficiárias. Deste modo, apenas não constou na exceção do § 5º, porque a regra do § 4º é bastante por si só, ou seja, traz como requisito somente a nomeação e não a lotação por um período mínimo, isso porque a nomeação supõe a lotação.

Portanto, a gratificação devida ao servidor pautou-se em expressa permissão legal e por essa razão não se pode tê-la como indevida, não cabendo ao interprete fazer distinção onde o legislador não o fez, mormente quando se fala em restringir direitos.

Além disso, em relação à escolaridade, verifica-se do documento de fls. 197, que o servidor possui nível superior, de modo que nos termos do artigo 76, §, deve receber o benefício na base de 80%, exatamente como vem sendo praticado.

Destaque-se que por se tratar de lei em sentido formal, o §4º goza de presunção de constitucionalidade, cuja eficácia só pode ser afastada por lei revogativa ou pelo controle jurisdicional.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO TRIBUTÁRIO. CSLL. MP 675/2015, CONVERTIDA NA LEI Nº 13.169/2015. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PENDENTE DE JULGAMENTO. SOBRESTAMENTO DESNECESSÁRIO. PRESUNÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE DA LEI. 1. Vigê no direito brasileiro o postulado de que lei formal



PROCESSO Nº 004/06
FOLHA 247
ASS. JP

JESUS SILVA & ZUMACH

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

goza de presunção de constitucionalidade até declaração em contrário. Art. 525, §§ 12, 14 e 15 do CPC/15. 2. A alegação da existência de pendência de julgamento de ADI com causa de pedir similar a do recurso extraordinário não se mostra impeditivo do julgamento da demanda em sede recursal. Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STF - ARE: 1182358 RJ 0134273-19.2015.4.02.5101, Relator: EDSON FACHIN, Data de Julgamento: 22/06/2020, Segunda Turma, Data de Publicação: 13/08/2020)

E M E N T A – APELAÇÃO CRIMINAL – PEDIDO DE DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 28, DA LEI 11.343/200 – MATÉRIA SUBMETIDA À REPERCUSSÃO GERAL PENDENTE DE JULGAMENTO – PRINCÍPIO DE PRESUNÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS – CONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA – REQUERIMENTO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO NEGADO – RECURSO IMPROVIDO. À luz do princípio da presunção de constitucionalidade das leis, derivado do princípio da separação dos poderes, todo ato normativo – oriundo, em geral, do Poder Legislativo – presume-se constitucional até prova em contrário. Uma vez promulgada e sancionada uma lei, passa ela a desfrutar de presunção relativa de constitucionalidade. Não houve, por parte do Relator do Recurso Extraordinário 635.659, ao reconhecer a repercussão geral da matéria, no ano de 2011, ainda sob a égide do CPC de 73, a determinação de suspensão das ações penais pendentes. Logo, não cabe a este Tribunal suspender esse feito, sem determinação de quem tinha competência para tanto, o Relator do processo afetado à repercussão geral no Supremo Tribunal Federal, conforme art. 1037, do NCPC. (TJ-MS - APL: 00010245320158120026 MS 0001024-53.2015.8.12.0026, Relator: Des. Geraldo de Almeida Santiago, Data de Julgamento: 22/08/2017, 1ª Câmara Criminal)

Deste modo, não há dúvidas sobre a legalidade no pagamento da gratificação do artigo 76, ao servidor investido na função gratificada de inspetor de vigilância patrimonial, pela simples nomeação para tal função.



JESUS SILVA & ZUMACH

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

PROCESSO Nº 004/06
FOLHA 248
ASS. JF

2.4. APLICAÇÃO DO ARTIGO 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO XIII, DA LEI N. 9.784/99.

Apesar do acima exposto, suficiente para esclarecer a questão jurídica em discussão, não se pode esquecer das regras decorrentes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo em âmbito federal, cuja trás importantes disposições a serem observadas pela Administração Pública.

No concernente à questão da segurança jurídica nas interpretações/decisões administrativas, destaca-se o artigo 2º, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 9.784/99, que trata de critérios de interpretação das normas administrativas vertida ao interesse público, **vedando objetivamente a aplicação retroativa de nova interpretação.**

Tal regra se pauta na segurança jurídica, ou seja, o princípio da proteção à confiança ou da confiança legítima.

Em que pese os princípios e os critérios de aplicação dispostos acima sejam de natureza federal, por serem derivações de princípios constitucionais, são aplicáveis a Estados e Municípios.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça, vide RESP 852493/DF, 5ª Turma, Ministro Arnaldo Esteves Lima, firmou entendimento de que, em eventual ausência de leis processuais administrativas próprias, Estados e Municípios devem obediência à legislação federal.

E de outra forma não poderia ser, pois a salvaguarda do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada é um dos preceitos do Princípio da Segurança Jurídica, insculpido no comando do artigo 2º, parágrafo único, inciso XIII, da Lei nº 9.784/99.

Nesse contexto, as leis, em razão do caráter prospectivo que se revestem, devem, ordinariamente, dispor para o futuro.

Porém, não se ignora a possibilidade de mudança de orientação pela Administração Pública. Ocorre que isso provoca insegurança jurídica, porque os interessados desconhecem o momento em que sua situação poderá ser contestada pela própria Administração Pública. Em outras palavras, não se admite que os administrados tenham seus direitos flutuando ao sabor de interpretações jurídicas variáveis no tempo, justificando-se aí a regra que veda a aplicação retroativa. (DI PIETRO, Maria



PROCESSO Nº 004/06
FOLHA 249
ASS. JS

JESUS SILVA & ZUMACH

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Sylvia Zanella. "*Direito Administrativo*". São Paulo: Editora Atlas, 2013, pp. 85 a 86).

Assim, para além dos textos legais, **a jurisprudência brasileira ilustra a impossibilidade da retroatividade de novas interpretações da legislação administrativa.**

A esse respeito:

APELAÇÃO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. NOVO ENTENDIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO. VEDAÇÃO À APLICAÇÃO RETROATIVA DE NOVA INTERPRETAÇÃO. 1. O artigo 2º, inciso XIII, da lei 9.784/99, em prol do princípio da segurança jurídica, veda a aplicação retroativa de nova interpretação adotada pela administração. Os atos já praticados mediante aplicação de uma determinada interpretação que a administração então entendia a mais adequada não podem ser revistos em face de posterior adoção de nova interpretação. 2. Apelação provida. (TRF-4 - AC: 50179332120164047200 SC 5017933-21.2016.4.04.7200, Relator: CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR, Data de Julgamento: 01/07/2020, QUARTA TURMA)

Ainda, relativamente aos processos administrativos no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), dos procedimentos de órgãos de controle interno, das recomendações do Ministério Público em todos os níveis; das interpretações firmadas pelos Tribunais de Contas – TCU, TCE, TCM, cujas decisões, pareceres, consultas, instruções normativas, apresentarem alteração de entendimentos anteriormente firmados; há incidência da regra de irretroatividade da nova interpretação, em obséquio ao princípio da segurança jurídica, sendo que o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou nesse sentido (MS 23.550/DF, Pleno, Relator p/ Ac. Sepúlveda Pertence, e MS 24.519/DF, Pleno, Eros Grau, já manifestou sobre a aplicabilidade da Lei de Processo Administrativo ao TCU e, como consectário, aos demais Tribunais de Contas).

No mesmo sentido é a doutrina de Luciano Ferraz. Segurança Jurídica Positivada: Interpretação, Decadência e Prescritibilidade. In: Revista de Direito Brasileiro. Ano 1 (2012), nº 12. Lisboa, Portugal. pp. 7.441 a 7.473.

Sendo assim, no presente caso, **na hipótese de ser revisto o entendimento decorrente do parecer de fls. 208/210 em relação a**

11



PROCESSO Nº 004/06
FOLHA 251
ASS. JP

JESUS SILVA & ZUMACH

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Portanto, outra vez, agora com base no Tema 531 do STJ, não se pode impor ao servidor o dever de ressarcimento.

3. PEDIDOS.

Pelo exposto, requer seja acatada a presente defesa e considerado regular o recebimento da função gratificada de inspetor de vigilância patrimonial, bem como da gratificação do artigo 76, da Lei n. 2.735/2010, pois recebidas em total conformidade com a lei.

Subsidiariamente, na hipótese de se entender de forma diversa, em atenção ao artigo 2º, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 9.784/99 e ao Tema 531 do STJ, seja afastada a obrigação de restituição dos valores até então recebidos.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Cacoal/RO, 26 de outubro de 2023.


JEAN DE JESUS SILVA

OAB-RO 2.518



ESTADO DE RONDÔNIA, BRASIL
PREFEITURA DE CACOAL
CNPJ: 04.092.714/0001-28
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS



PROCESSO Nº: 004/ 2006
ASSUNTO: GRATIFICAÇÃO DO ART. 76 - 2735/2010
ÓRGÃO ORIGEM: DRH/ SEMAD
ÓRGÃO DESTINATÁRIO: PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
INTERESSADO: EDIMAR KAPICHE LUCIANO

PROCESSO Nº 004/06

FOLHA 252

ASS [Signature]

DESPACHO

Em atenção ao despacho oriundo do Coordenador do Contencioso Administrativo da Procuradoria-Geral do Município, que em atenção ao devido processo legal, contraditório e ampla defesa, antes da solicitada análise de legalidade, fez-se necessário a notificação dos interessados para se manifestarem acerca dos fatos.

Pois bem. Os servidores interessados foram notificados e juntaram aos autos, dentro do prazo estipulado, as respectivas manifestações.

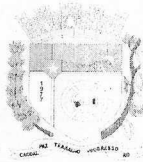
Desta feita, remeto os autos à PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO para análise e prosseguimento.

Cacoal/RO, 3 de novembro de 2023.

[Signature]

GREZIELLE MORESCHI DA SILVA

Chefe de Recursos Humanos
Portaria n. 223/PMC/2019



PROCESSO Nº. 004/2006

PROCL
FOLHA 253
004/06

ÓRGÃO CONSULENTE: CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

ASSUNTO: SUPOSTO RECEBIMENTO INDEVIDO DE REMUNERAÇÃO

INTERESSADO: EDIMAR KAPICHE LUCIANO

PARECER JURÍDICO

A PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CACOAL, Órgão da Administração Pública com atribuição de velar pela correta aplicação das leis e demais normas administrativas, por seu Procurador subscrito, com fulcro no artigo 4º, da Lei n. 2.413/PMC/2008, em análise ao teor do processo em epígrafe, emite o seguinte parecer:

1. DOS FATOS

Compulsando os autos, verifica-se que o Departamento de Recursos Humanos - DRH solicitou parecer jurídico a respeito dos questionamentos da Controladoria Geral do Município quanto ao pagamento da gratificação do art. 76 da Lei 2.735/2010 aos servidores nomeados em cargos ou funções de confiança, cujos cargos são vinculados a Coordenação de Vigilância Patrimonial – SEMAD.

Em relação ao servidor Edimar Kapiche Luciano, atualmente acumula o cargo municipal com o exercício de vereador nesta cidade, recebeu a gratificação do art. 76 da Lei 2.735/201, desde 1 de março de 2023, juntamente com a gratificação de Inspetor de Vigilância Patrimonial.

Dessa forma os questionamentos se resumem a licitude da cumulação da remuneração do cargo efetivo de servidor com o subsídio de vereador, a licitude do recebimento da gratificação de inspetor de vigilância patrimonial e por fim a licitude do recebimento da gratificação do art. 76 da Lei 2.735/2010 em razão da investidura na função gratificada de inspetor de vigilância patrimonial sem o decurso do prazo de um ano e qual seriam os critérios de escolaridade aplicáveis.

É o breve relatório, a seguir passamos a opinar como segue:



Prefacialmente, importante destacar que o exame da Procuradoria Geral do Município – PGM, cinge-se tão-somente à matéria jurídica envolvida, nos termos da sua competência legal, tendo por base os documentos juntados, razão pela qual não se incursiona em discussões de ordem técnica ou administrativa, bem como em questões que envolvam juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação, cuja análise é de exclusiva responsabilidade dos setores competentes.

2. DOS ASPECTOS JURÍDICOS

2.1. Cumulação da remuneração do cargo efetivo com o subsídio de vereador.

O primeiro questionamento diz respeito à cumulação do cargo efetivo com o de vereador municipal, questão já enfrentada e resolvida pela Procuradora Geral no parecer de fls. 208-210, a qual manifestou pela legalidade de cumulação obedecendo a compatibilidade de horário.

2.2. Gratificação de Inspetor de Vigilância Patrimonial

O cargo de Inspetor de vigilância Patrimonial foi criado por intermédio da Lei 5.134/2022 que alterou o § 1º do art. 20, da Lei 2.543/2009, acrescentando o item 5.13, vejamos:

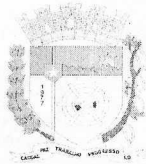
CAPITULO III
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Art. 20. (...)
§ 1º (...)
5.13 – Inspetor de Vigilância Patrimonial

As funções do Inspetor de Vigilância Patrimonial estão descritas no art. 20-A da Lei 2543/2009, acrescentado pela Lei 5134/2022, vejamos:

Art. 20-A. A competência das unidades da Secretaria Municipal de Administração terá por descrição as atividades abaixo relacionadas:
(...)

§ 3º. Inspetor de Vigilância Patrimonial: tem como superior hierárquico funcional imediato o Diretor de Vigilância Patrimonial e tem como atribuições:

- I - Executar a função de encarregado de veículo de Ronda, encarregado de Plantão de Posto e Rádio Operador;
- II - Executar atividades de orientação à equipe sob sua inspetoria;
- III - Executar em conjunto com os demais integrantes da equipe de rondas a vigilância e proteção nos logradouros públicos, bens, serviços e instalações municipais;
- IV - Executar serviços diurnos de fiscalização nos postos e veículos de ronda patrimonial, de acordo com as escalas de serviço, ou quando for convocado extraordinariamente;



- V - Cumprir e fazer cumprir as instruções de serviço, ordens e normas legais para atividades operacionais da Vigilância patrimonial;
- VI - Promover a segurança e proteção das pessoas, bens, serviços e instalações nos logradouros de competência municipal;
- VII - Transmitir aos vigilantes sob seu comando as instruções de serviços, ordens e normas legais estratégicas advindas dos seus superiores hierárquicos;
- VIII - Zelar pelo bom nome do departamento e pelo patrimônio público;
- IX - Conhecer e observar os princípios gerais da disciplina e da hierarquia;
- X - Cumprir outras determinações legais dos superiores hierárquicos.

Assim, a natureza jurídica da referida gratificação é de chefia, o que diferencia da gratificação do art. 76 que tem natureza jurídica de gratificação de nomeação, o que a princípio não é impedimento a cumulação das gratificações, eis que de natureza jurídicas distintas.

Ademais a Lei 2543/2009 que dispõe sobre a estrutura política-administrativa e organizacional da Prefeitura Municipal de Cacoal veda no seu art. 48 a cumulação de gratificações, com algumas exceções, vejamos:

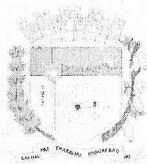
Art. 48. Os servidores nomeados em cargos ou funções de confiança, **a exceção dos** Chefes de Departamento de Fiscalização Sanitária, de Obras e Posturas, de Tributária, de Coordenação de Receitas e de Coordenação de Desenvolvimento Urbano, de Topografia, de Regularização Imobiliária, de Recursos Humanos, de Cadastro de Recursos Humanos, de Folha de Pagamento, de Tecnologia da Informação, Coordenador Geral de Vigilância Patrimonial, **Inspetor de Vigilância Patrimonial**, Coordenador-Geral de Contabilidade, Superintendente de Tesouraria, Diretor de Receita, Diretor de Contabilidade do FMS e Diretor de Tesouraria do FMS, Coordenador de Gestão Orçamentária e Coordenador de Captação de Recursos, e que fizerem jus, concomitantemente, em razão do cargo efetivo ou da lotação à gratificação de produtividade, terá que optar entre a gratificação do cargo em comissão/função de confiança ou pela gratificação de produtividade, ficando proibida a acumulação de gratificação de produtividade com a gratificação do cargo ou função de confiança. (Artigo com redação dada pela Lei nº 5.176, de 17/04/2023). (grifei)

Verifica-se pela redação legal que a lei excepcionou e autorizou que a função gratificada de Inspetor de Vigilância Patrimonial possa ser cumulada com a gratificação de produtividade.

Desta forma a gratificação da função de Inspetor de Vigilância Patrimonial poderia ser recebida pelo servidor Edimar Kapiche Luciano.

2.3. Gratificação do artigo 76 da Lei 2735/2010.

A respeito do recebimento da referida gratificação cumulada com a gratificação de Inspetor de Vigilância Patrimonial, já se verificou a possibilidade de cumulação conforme fundamentos acima apontados.



Os questionamentos acerca da referida gratificação estão com relação à necessidade ou não do prazo de carência de um ano de lotação na função e o percentual de recebimento de acordo com a escolaridade.

Para melhor entendimento da situação, passaremos a transcrever o art. 76 da Lei 2735/2010:

Art. 76. Terá direito à pontuação, na proporção especificada no art. 73 combinado com art. 74 desta Lei, para efeito de base de cálculo, os servidores efetivos lotados nos órgãos discriminados no § 1º deste artigo, a exceção dos respectivos Chefes, Coordenador da Receita, Coordenador de Desenvolvimento Urbano, Chefe de Recursos Humanos, Chefe de Cadastro de Recursos Humanos, Chefe de Folha de Pagamento, Chefe de Tecnologia da Informação, Coordenador Geral de Vigilância Patrimonial e Diretor de Vigilância Patrimonial, Coordenador Geral de Contabilidade e Superintendente de Tesouraria, Coordenador de Gestão Orçamentária e Coordenador de Captação de Recursos, os quais farão jus à base de cálculo no importe de 100% (cem por cento). (Artigo com redação dada pela Lei nº 5.146, de 21/12/2022, com efeitos financeiros a partir de 01/02/2023).

§ 1º Aos servidores efetivos lotados na Coordenação de Desenvolvimento Urbano, Coordenação de Receita, Departamento de Recursos Humanos, Folha de Pagamento, Departamento de Tecnologia da Informação, Coordenação Administrativa da SEMAD, Setor Administrativo do Gabinete do Prefeito, Coordenadoria Geral de Contabilidade, Superintendência de Tesouraria, Setor de Convênios da SEMFAZ, Coordenadoria de Captação de Recursos e, Coordenadoria de Gestão Orçamentária, cuja base de cálculo será de 100% (cem por cento) do valor integral da gratificação, devidos nos seguintes percentuais: (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 5.134, de 17/11/2022, com efeitos financeiros a partir de 01/02/2023).

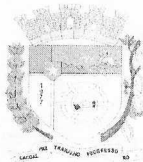
I - servidores efetivos de nível superior: 80% do percentual da base de cálculo;
II - servidores efetivos de nível médio: 50% do percentual da base de cálculo; e
III - servidores efetivos de nível fundamental: 30% do percentual da base de cálculo.

§ 2º A gratificação especificada neste artigo será gradualmente elevada nos percentuais de escolaridade aos quais o servidor público efetivo tiver alcançado, a título de incentivo à qualificação e capacitação profissional. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 4.755, de 08/06/2021, com efeitos financeiros a partir de 01/01/2022).

§ 3º Somente depois de 01 (um) ano consecutivo de lotação nos órgãos especificados neste artigo é que os servidores efetivos farão a jus a gratificação de produtividade. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 5.134, de 17/11/2022, com efeitos financeiros a partir de 01/02/2023).

§ 4º Será devida a gratificação pela nomeação de servidor efetivo na Função Gratificada de Inspetor de Vigilância Patrimonial. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 5.134, de 17/11/2022, com efeitos financeiros a partir de 01/02/2023).

§ 5º Para efeitos de adimplemento do período de carência de 01 (um) ano para concessão da gratificação ao Departamento de Recursos Humanos, Folha de Pagamento, Departamento de Tecnologia da Informação, Coordenação Administrativa da SEMAD, Setor Administrativo do Gabinete do Prefeito, Coordenadoria Geral de Contabilidade, Superintendência de Tesouraria, Setor de



Convênios da SEMFAZ, Coordenadoria de Captação de Recursos e, Coordenadoria de Gestão Orçamentária, será considerado o período de lotação anterior à vigência desta Lei. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 5.134, de 17/11/2022, com efeitos financeiros a partir de 01/02/2023).

O artigo traz a necessidade do cumprimento do prazo de um ano de carência para o recebimento da gratificação do § 3º, e a gratificação do servidor nomeado para a função de Inspetor de Vigilância Patrimonial no § 4º, razão pela qual se faz necessários alguns esclarecimentos sobre a interpretação a ser realizada em parágrafos decorrente do mesmo artigo.

O artigo é a menor porção de uma lei que ainda guarda as suas características. Sendo assim, a forma correta de interpretar um artigo é concêntrica e não linear, ou seja, deve-se entender que o centro orbital de um artigo é o seu *caput*, tudo o que circunstancia: os parágrafos, incisos, alíneas e itens que porventura o integram. Assim, a interpretação exige certo grau de abstração do intérprete para que, em uma visão espacial mais acurada, compreenda que os parágrafos, por exemplo, são subdivisões do assunto do *caput*, enquanto os incisos são exemplificações do assunto dos parágrafos; e, finalmente, os itens são enumerações do assunto que está na alínea.

Normalmente, os parágrafos destacam aspectos **importantes** de um **artigo** que não estão diretamente explicitados em sua cabeça. Também podem trazer alguma **exceção** à aplicação da regra do artigo.

O ato de interpretar objetivamente reside na necessidade de ser captado de maneira efetiva e integral, tudo aquilo que as normas jurídicas representam como instrumento de vida, como formas de composição entre complexos conflitos valorativos e fáticos vividos pela sociedade a que se destinam.

Assim, parágrafo é um desdobramento da norma de um determinado artigo, podendo complementá-la, indicar alguma exceção, etc.

Pois bem, o *caput* do art. 76 traz a regra sobre quem tem direito a pontuação da gratificação de produtividade e quais os órgãos que os servidores devem ser lotados para o recebimento.



Os parágrafos orbitam o *caput*, e consequentemente estão relacionados com o mesmo, analisando a localização topográfica do § 3º e o § 4º, estão complementando ou excepcionando o disposto na cabeça do artigo.

O § 3º complementa o *caput* para dispor sobre o prazo de carência de um ano de lotação nos órgãos que fazem jus a gratificação.

Já o § 4º complementa o *caput*, eis que menciona que o Inspetor de Vigilância Patrimonial faz jus a gratificação e ao mesmo tempo excepciona a regra do § 3º (prazo de carência de um ano), ao mencionar textualmente que a simples nomeação na função gratificada já enseja o pagamento da referida gratificação.

Ademais, o § 5º confirma a interpretação aqui realizada, eis que ao mencionar os órgãos e funções que será considerado o tempo de lotação anterior a vigência da Lei, não mencionou a função de Inspetor de Vigilância Patrimonial, corroborando que para este o requisito para recebimento da gratificação é a nomeação, não exigindo a carência de um ano.

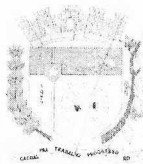
Visto esse questionamento passemos a análise da questão da escolaridade, o inciso I do § 1º menciona que os servidores efetivos de nível superior o percentual será de 80% sobre a base de cálculo. O documento de fls. 197 demonstra que o servidor possui nível superior, atendendo o disposto legal.

E por fim, a legislação municipal aqui mencionada parte da presunção de constitucionalidade, presunção essa que só pode ser afastada por lei que a revogue ou pelo controle jurisdicional.

Pois o princípio da Presunção da Constitucionalidade das leis e atos do Poder Público, menciona que todo ato normativo se presume constitucional até prova em contrário. Desta feita, uma vez promulgada e sancionada uma lei, passa ela a desfrutar de uma presunção relativa (ou *iuris tantum*) de constitucionalidade.

3. DA OPINIO

Pelo exposto, esta Procuradoria Geral do Município – PGM ao responder os questionamentos do DRH formulados às fls. 213 opina que o servidor lotado na função de Inspetor de Vigilância Patrimonial não precisa aguardar o prazo de



ESTADO DE RONDÔNIA/BRASIL
PREFEITURA DE CACOAL
CNPJ: 04092714/0001-28

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

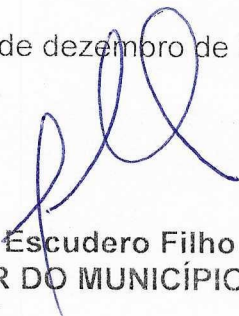
PROCESSO Nº 004108
FOLHA 156
Prefeitura de
Cacoal
AQUI TEM TRABALHO, AQUI TEM PROGRESSO!

carência de 01 (um) ano, eis que o direito a gratificação de produtividade surge com a simples nomeação; e, em relação à escolaridade aplica-se a regra dos incisos do § 1º ao servidor lotado na função de Inspetor de Vigilância Patrimonial.

Saliente-se, outrossim, malgrado já ventilado linhas acima, que a presente manifestação se funda no prisma estritamente jurídico, sem adentrar ao juízo de conveniência e oportunidade dos atos administrativos, tampouco às questões de ordem técnica, especialmente providências, que escapam da esfera de atribuições e competências deste Órgão.

No mais, por entender expedido o trabalho desta Procuradoria Geral do Município - PGM, remetam-se os autos ao Departamento de Recursos Humanos - DRH, vinculado à Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, para que sua titular possa ratificar ou não o presente parecer jurídico, podendo decidir de forma diversa, considerando seu caráter meramente opinativo.

Cacoal/RO, 14 de dezembro de 2023.


Nelson Araújo Escudero Filho
PROCURADOR DO MUNICÍPIO
OAB/RO - 787


Eliane de Lacerda Lucio
Secretária
Municipal de Administração
Decreto nº 3.700/PMC/2022
14/12/2023